



Introdução

O texto que se segue é a resolução aprovada na 1ª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda e é reeditado aqui em homenagem a Miguel Portas, que foi o seu principal redactor.

O texto foi alterado tanto nos debates preparatórios na Comissão Promotora do Bloco, quanto nos trabalhos da própria Convenção, e beneficiou por isso do contributo e ideias de muitos activistas. Mas Miguel Portas escreveu o texto de base, que corresponde essencialmente ao que veio a ser aprovado.

Este texto é por isso um testemunho. Da estratégia, da análise, da vontade, da determinação, das escolhas que o Bloco de Esquerda fez desde a sua fundação. Apesar das

diferenças na situação política, na configuração do poder, na conjuntura, entre os dias de hoje e os de 1999, há neste texto uma escolha que é absolutamente actual: uma esquerda de luta, renovar a oposição, criar uma alternativa socialista que possa dirigir o país, recusar a civilização da injustiça e a globalização financeira para defender uma globalização da justiça, combater a NATO e as guerras, organizar movimento social, estabelecer os diálogos abertos que fazem a esquerda.

Não esqueçamos.

Francisco Louçã

1. Uma nova realidade política

1.1. A novidade de 1999

1.1.1. Por quem respondemos

O Bloco de Esquerda constitui, já, uma realidade incontornável da vida política portuguesa.

Respondemos por 132 mil eleitores e eleitoras que nele viram um sinal de esperança e uma garantia de renovação da esquerda. Mas não só. Queremos responder por quantos seguem com expectativa e com interesse o desenvolvimento deste novo movimento político e nele admitem vir a reconhecer-se. Estaremos à altura.

1.1.2. Ano zero

Num curtíssimo espaço de tempo, o Bloco passou a dispor de um pequeno grupo parlamentar pondo, assim, termo a duas décadas de representação monopartidária de quantos se sentem à esquerda do Partido Socialista. Mas, principalmente, a sua existência contribuiu para uma renovada capacidade de intervenção da sociedade portuguesa nos combates de solidariedade - quer contra a agressão da Nato nos Balcãs, quer pelo direito do povo maubere à independência - e pela colocação, na agenda política nacional, de propostas globais, politicamente exigentes e tecnicamente sustentadas, sobre assuntos tão decisivos como os da injustiça fiscal ou da necessidade de políticas radicalmente novas de combate à toxicodependência. O Bloco de Esquerda conseguiu ainda introduzir no debate político nacional uma perspectiva europeísta de esquerda para a construção de uma nova Europa dos cidadãos e dos povos.

No curto espaço de um ano, a nossa capacidade de resposta esteve à altura. No momento em que realiza a sua primeira convenção nacional, o Bloco de Esquerda, contando já com alguns milhares de aderentes, representa sem dúvida, a única novidade relevante do sistema político português deste fim de século.

1.2. Viemos para ficar, ousamos crescer

1.2.1. Validade

A presente Moção, que a Comissão Promotora submete à apreciação da Convenção, visa dotar o Bloco de um documento orientador para a sua actividade nos próximos dois anos.

1.2.2. Objectivos

Serão tempos exigentes porque o Bloco terá de responder, em simultâneo, a problemas de ordem muito distinta.

Temos pela frente a necessidade de acertar nas prioridades de intervenção, nas causas maiores que vamos propor à sociedade e sustentar no parlamento - serão estas e o modo como as impulsionarmos, que irão marcar muito da nossa identidade e especificidade. Uma nova esquerda, além de capacidade de análise e de proposta, será justamente avaliada pelas suas atitudes - serão estas que materializarão aquelas.

Temos ainda pela frente dois actos eleitorais - presidenciais e autárquicas - onde teremos de precisar as modalidades da nossa participação.

Temos pela frente a construção de um movimento que seja capaz de conciliar a democracia interna, o respeito pela pluralidade ideológica e uma efectiva capacidade de atrair milhares de pessoas para uma cidadania activa de que hoje ainda se sentem arredadas.

E, finalmente, temos pela frente um processo de construção programática, iniciado com o texto de fundação Começar de Novo, continuado no Contrato pela Europa e no manifesto É tempo de ser exigente. Desbravámos muito caminho. Mas estamos ainda longe de um programa geral de alternativa política, um documento de referência para o período onde as diferentes esquerdas jogarão a sua capacidade de renovação e recomposição política e cultural.

A definição dos contornos políticos e identitários de uma nova esquerda para a entrada no próximo milénio, as tarefas que se lhe colocam e o modo como se deverá estrutu-

rar enquanto movimento político, são os objectivos deste documento. E porque o Bloco quer responder positivamente à esperança dos que nele se revêem e às expectativas que gerou, fá-lo-emos tendo a coragem de crescer.

2. Uma esquerda solidária e universalista

2.1. Um debate estratégico

2.1.1. Universalismo

Aqueles que confiaram no Bloco e aqueles que vêm com renovado interesse a sua emergência política, esperam de nós o compromisso solene de não nos demitirmos de olhar para a Humanidade e procurar a sua transformação radical. Desde logo, porque somos cidadãos do Mundo e dessa condição não prescindimos. Mas também porque sabemos que nenhum problema fundamental do país é dissociável do processo de mundialização do capitalismo moderno.

2.1.2. A nossa escolha

Aliás, o debate principal que atravessa a esquerda nesta mudança de século é o de saber se a globalização capitalista é regulável, se é possível atingir-se uma ordem mundial mais justa e solidária, sem que a pressão social ponha em causa os fundamentos, as leis e as tendências em que assenta a economia mundial. Em nossa opinião, não é.

A primeira hipótese que norteia toda a actividade política do Bloco é a da necessidade de uma ruptura política com a ordem mundial existente. É deste antagonismo que partimos para a acção.

2.2. Uma civilização da injustiça

2.2.1. Liberalismo e liberdade

No documento de fundação do Bloco de Esquerda, procedia-se a uma caracterização do processo de globalização capitalista. No essencial definíamo-lo como «uma civilização da injustiça», incapaz de assegurar a realização dos Direitos Humanos em escala planetária.

Mantemos a asserção e discordamos de quantos pensam que as políticas liberais trazem mais liberdade. O argumento é desmentido pelos factos. Não há liberdade em contexto de desigualdade de oportunidades, porque ela impede a escolha e perpetua a condição dos mais fracos. Mesmo que a realidade venha a desmentir as piores projecções demográficas, a tendência é para o contínuo aumento do número de pobres, sem outro horizonte para lá da so-

brevivência em condições de indignidade humana. No pólo oposto, a globalização tem correspondido a uma vertiginosa concentração da riqueza num cada vez menor número de empresas transnacionais. Mesmo que a globalização económica precise - e precisa - de classes médias com maior poder de consumo e maior nível de instrução, a verdade é que esta tendência é mais lenta do que a dinâmica da exclusão e muito mais lenta do que a realidade da concentração privada da riqueza. Assim, é cada vez maior o fosso entre pobres e ricos no planeta e no interior de cada Estado; é cada vez maior a diferença entre as nações mais poderosas e as mais fracas; e às antigas desigualdades somam-se novas, as que diferenciam como nunca os litorais e os interiores, os países consumidores e os países produtores de matérias primas, as minorias étnicas e religiosas das maiorias nacionais, os que dominam as tecnologias de informação e os que a elas não têm acesso.

É em nome da liberdade que travamos o combate contra o liberalismo e a competitividade.

2.2.2. Globalização e desenvolvimento

Contra o pensamento dominante, afirmamos que globalização capitalista e desenvolvimento não são sinónimos e que, pelo contrário, se opõem. É verdade que o capitalismo libertou, neste século, forças produtivas imensas e que a capacidade de gerar riqueza material e imaterial no planeta, há muito teria permitido superar os crónicos problemas de escassez em que a Humanidade tem vivido. Mas este sistema é, intrinsecamente, uma civilização da exclusão. A revolução nos processos produtivos não se tem traduzido numa mais justa distribuição dos rendimentos. A especulação financeira retira da esfera produtiva os recursos necessários à

resolução dos principais dramas humanos ligados à sobrevivência. E o desenvolvimento desigual da globalização traduz-se numa delapidação sem precedentes dos recursos naturais e energéticos, que estão longe de ser compensados pelo progresso técnico e científico.

2.2.3. Globalização desigual

Se há domínio onde a globalização se universalizou, é o da ideia que ela tem de si mesma. Mas a verdade é que a globalização capitalista só globaliza o que lhe interessa. Não há uma globalização, mas várias e com ritmos e naturezas contraditórias.

Global é o sistema financeiro, mas não é global a livre circulação de trabalhadores. Aí, pelo contrário, os espaços nacionais e os blocos regionais fazem das fronteiras novos muros contra os emigrantes e as migrações, em particular no primeiro mundo. Global é a capacidade de investir na criação e deslocação de empresas, mas nacionais são os instrumentos de regulação que suportam esse processo - as diferenças de rendimentos, horários de trabalho, direitos sociais, etc. Globais começam a ser, com a integração da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), as trocas internacionais, mas as diferentes políticas proteccionistas resistem até no interior de blocos regionais já desarmados nas alfândegas internas. Global é a revolução nos suportes e sistemas de comunicação, mas o acesso de todos os seres humanos às possibilidades abertas pela tecnologia anuncia-se bem mais difícil do que a batalha perdida contra o analfabetismo. Global se anuncia esta civilização assente na produção de bens de consumo individual, mas impossível será universalizá-la porque a Natureza não aguentaria. E até global se anuncia a democracia, mas a globalização coexiste com ditaduras, com o monopólio da produção de armas de destruição massiva e a competitividade que alimenta as guerras. Globais se anunciam os valores da vida e do Direito, mas até no país central do discurso liberal, se admite uma Justiça que consagra a pena de morte.

A defesa de uma ruptura com esta civilização decorre da injustiça que alimenta, das desigualdades que promove e de precisar, para se expandir, de cercear o direito de escolha de outros caminhos para o Mundo e para cada nação.

2.3. Uma «ordem imperial» em gestação

2.3.1. NATO e «direito de ingerência»

O mundo assistiu em 1999 à intervenção da NATO no Kosovo, em nome dos Direitos Humanos e do chamado «direito de ingerência humanitária» Mas não decorreram três meses sobre essa agressão e já a comunidade internacional se demitiu de encontrar uma arbitragem para o drama tchechénico, onde o valor da vida foi reduzido à insignificância e a migração forçada de populações assumiu proporções balcânicas. ficou assim claro que o «direito de ingerência», neste fim de século, mais não é do que

um argumento suplementar de legitimação para os interesses das potências, e não um critério ordenador de qualquer nova ordem mundial.

2.3.2. NATO e ONU

Na realidade, a intervenção no Kosovo serviu para afinar no terreno um novo conceito estratégico para a NATO, com consequências profundas sobre o papel da própria ONU. Ao decidir a intervenção militar sem autorização prévia das Nações Unidas, a NATO erigiu-se em vértice militar acima dessa instituição. A ONU, cuja legitimidade estava já fortemente debilitada foi, desta feita, simplesmente dispensada.

A agressão militar no Kosovo correspondeu ao dobre de finados da ordem mundial herdada do fim da segunda guerra mundial e representa o mais sério sinal de que uma outra ordem se encontra em acelerada gestação.

2.3.3. A ordem do pós-guerra

A partilha de poder entre as potências vencedoras do segundo conflito mundial, consubstanciada no direito de veto em sede de Conselho de Segurança da ONU, marcou o direito internacional na segunda metade deste século. Essa partilha estava longe de ser justa e muito menos democrática quanto ao poder de decisão do conjunto das nações. Com efeito, era uma ordem onde cinco Estados garantiam através do veto a inviolabilidade das respectivas fronteiras, gerindo a sua conflitualidade por via da corrida aos armamentos e da promoção de guerras em «sub-contratação» no países em vias de desenvolvimento. A geopolítica da guerra fria actuou, em geral, como uma segunda pele, desvirtuando o destino de inúmeros combates para levar o Mundo à superação da ordem colonial, e acelerou o esgotamento do chamado «socialismo real».

2.3.4. O Muro

A queda do Muro de Berlim, em 1989, fecha assim, de modo contraditório, uma era: por um lado, representou para milhões de cidadãos, em todo o Leste europeu, o renascer da esperança democrática, por outro lado, teve o efeito de um terramoto sobre o conjunto das esquerdas, estivessem elas, ou não, politicamente comprometidas com os regimes de Leste. A crise dos partidos de tradição comunista desenvolveu-se extraordinariamente, os socialistas encontraram razões suplementares para capitulações a um capitalismo provisoriamente triunfante,

e as novas esquerdas, tão importantes nos combates pelas liberdades democráticas a Leste, em breve seriam engolidas pelas dinâmicas de restauração que emergiram da articulação de interesses entre o capital interacional e burocracias de Estado recém convertidas aos negócios.

2.3.5. A ordem do caos

As promessas de uma nova ordem mundial, mais justa e democrática, não passaram disso mesmo. À ordem bipolar não sucedeu nem a multipolaridade, nem a afinação dos Direitos Humanos como fundamento das relações internacionais. Bem pelo contrário, os conflitos militares e as guerras multiplicaram-se, do mesmo modo que se multiplicaram as suas causas.

Desde logo, os conflitos motivados pela continuidade das causas crónicas da guerra - as que radicam na escassez. Depois, emergiram as contradições nacionais, étnicas e religiosas que o socialismo burocrático pensava ter eliminado e que, afinal, apenas tinha reprimido. E, finalmente, os países do primeiro mundo, que nunca deixaram de intervir e condicionar no seu próprio interesse, a evolução dos conflitos acima descritos, resolveram abrir a caixa de pandora de uma nova cruzada, desta feita contra o fundamentalismo islâmico. É no interior desta desordem estimulada que os EUA emergem como senhores quase absolutos da guerra e da paz no planeta e que as instituições políticas internacionais planetárias, herdadas da segunda grande guerra, cedem terreno de decisão às instituições militares, financeiras e comerciais do lado do bloco vencedor.

Ao mundo bipolar da guerra fria sucedeu um caos organizado, onde o poder dos EUA sobre a vida e a morte neste planeta, cresceu significativamente. Mas eles ainda não decidem sozinhos. Na viragem do milénio, começa a ficar claro que a capacidade de luta dos povos e a força das razões que aspiram a uma ordem mundial mais justa e democrática, também contam. A partida não está decidida.

2.4. A afirmação de novos internacionalismos

2.4.1. Timor Leste

Um segundo acontecimento de consequências mundiais - a conquista da independência pelo povo de Timor Leste - demonstra bem como a ordem em gestação ainda não está adquirida. A vontade de um pequeno povo e a extraordinária campanha internacional de solidariedade - que teve em Portugal o seu ponto mais alto - obrigou a comunidade internacional, e os EUA em particular, a alterarem a sua tradicional posição de cumplicidade com o ocupante indonésio.

2.4.2. A solidariedade internacional

A conquista da independência de Timor Leste, prémio mais que justo para o sofrimento indizível de uma nação às mãos de um regime que procurou a sua exterminação, tem o efeito de uma luz no fundo do túnel. Afinal, neste fim de século, ainda é possível levar a bom porto uma luta de libertação nacional que não interessava a nenhuma potência da região, nem aos EUA ou à União Europeia.

O movimento mundial de solidariedade desempenhou, no momento mais dramático do combate, um papel decisivo. Basicamente, ele revelou a insustentabilidade da hipocrisia política. Era impossível mantê-la depois do povo ter votado e estar a morrer às mãos das milícias pró-indonésias, na sequência de um acordo bem pouco previdente, mas que comprometia a comunidade internacional. Ninguém poderá garantir como será o desenvolvimento futuro da independência, mas essa incerteza em nada reduz o valor prático e simbólico da vitória alcançada.

2.4.3. A força das opiniões públicas

O movimento de solidariedade com o povo de Timor Leste, bem como esse outro grande movimento mundial de fim de século, de contestação à cimeira da OMC em Seattle, merecem uma análise mais detalhada. Mais do que movimentos novos, são novos movimentos - pelos impactos que foram capazes de produzir em escala planetária. É certo que estes movimentos são, em certo sentido, credores de protestos e manifestações como as de Amesterdão ou Colónia, onde os sectores mais combativos do sindicalismo e da esquerda europeia foram capazes de convergir internacionalmente. Mas desta feita, a convergência conseguiu mobilizar opiniões públicas condicionando fortemente os comportamentos

políticos dos decisores. No caso de Timor Leste, impôs mesmo derrotas aos seus projectos iniciais.

2.4.4. Características dos novos universalismos

Desde logo, ambos são «movimentos cívicos», mais do que movimentos políticos tradicionais.

A sua extraordinária pluralidade é a que resulta da confluência de organizações de todo o tipo numa mesma acção. Evidentemente, esta característica não evita um apreciável grau de contradição entre os participantes envolvidos. Mas este não é o dado principal. A singular ausência de «centro de comando» revelou-se compatível com uma assinalável capacidade de articulação prática.

Apesar de «cívicos», os movimentos formularam objectivos explicitamente políticos: num caso, a reclamação de uma intervenção de paz pela ONU, que impedisse o genocídio; no outro, a exigência de regras claras que travem a mercantilização do planeta. A força deste tipo de plataformas é a da dimensão cívica da proposta política enunciada, que desperta capacidade de indignação e valores de humanidade. Num contexto de desconfiança generalizada sobre a «política que existe», estes movimentos anunciam a «política que vem», a que é apropriável pelas pessoas, a que rompe com as regras e os códigos do exercício do poder.

Sem «centro de comando», estes movimentos revelam a emergência de um papel político para as organizações não governamentais (ONG's) que valorizam a cidadania. Elas pesaram quer na definição de objectivos, quer na inovação das formas de luta. É um facto que as ONG's são uma realidade contraditória, que em plano nacional ou internacional, muitas não passam de prolongamentos do poder de Estado e que a corrupção não está ausente deste universo. Mas desenvolve-se uma tendência positiva para a partilha de elementos de identidade opostos a cultura dos poderes instituídos, mesmo quando com eles coabitam: a valorização do voluntariado, o compromisso de resposta aos problemas que os poderes políticos não resolvem ou resolvem mal, e o estabelecimento de redes de comunicação e solidariedade. No fundo, esta tendência diz-nos que a dimensão pública da vida é apropriável pela cidadania e que não deve ser um monopólio dos poderes instituídos, sejam eles opacos ou representativos.

finalmente, estes movimentos de solidariedade provaram ser capazes de utilizar em benefício das causas, os meios de comunicação modernos e as últimas gerações da revolução tecnológica, nome-

adamente a internet, em escalas até então desconhecidas. Olhando o futuro pode dizer-se mais: a revolução nas comunicações amplia extraordinariamente as possibilidades de sucesso das próprias causas e influência a cultura dos movimentos. Não há que ter receio dos «movimentos virtuais». Eles já são realidade e não dispensam as realidades.

2.4.5. Resistência e iniciativa

É um facto que as esquerdas transformadoras, na pluralidade das suas diferentes expressões internacionais, se encontram numa posição defensiva. A iniciativa política fundamental pertence, provisoriamente, aos centros de decisão da finança mundial. Mas é certo que a solidariedade com Timor Leste e a contra-cimeira da OMC, representam uma tomada de iniciativa e respostas muito sérias à hegemonia do neo-liberalismo no plano das ideias e das políticas concretas.

São movimentos que acumulam forças e energias com futuro. Uma posição defensiva, se precisa da crítica da globalização capitalista e de horizontes para a sua superação, que a fundamente como atitude activa, exige igualmente propostas e combates políticos bem sucedidos que imponham derrotas, mesmo que pontuais, à lógica desta globalização. Para o Bloco de Esquerda, a resistência que mais interessa e a que não se fica pelo protesto, a que implica iniciativas e propostas susceptíveis de chamarem à luta muitos e muitas que nela deixaram de acreditar ou da sua eficácia duvidam.

A nova esquerda deve revalorizar a dimensão internacional da sua intervenção. Deve também aprender com os sinais: os movimentos querem-se plurais e com clareza de proposição política. E esses movimentos devem dar expressão ao clamor que pelo mundo se ergue na exigência de uma ordem mundial que assente em princípios e valores radicalmente democráticos e dirigidos à justiça social.

RESOLUÇÃO 1: Unidade e alternativa

O Bloco valoriza todas as convergências alargadas que imponham recuos a lógica dominante da globalização capitalista e prossigam objectivos democráticos e humanistas. Neste contexto, não condicionará os seus

empenhamentos ao arco dos protagonistas ou a interesses de Estado, mas ao modo como avalie o valor das causas em presença.

Simultaneamente, situamo-nos numa plataforma de transformação e refundação política da Europa que contribua activamente para uma nova ordem mundial capaz de renunciar à guerra, que dê prioridade à resolução dos problemas do subdesenvolvimento no planeta e garanta direitos e liberdades fundamentais para toda a Humanidade.

As nossas relações internacionais serão abertas. Valorizamos os encontros com correntes e formações de nova esquerda, com socialistas de esquerda, comunistas, ecologistas e movimentos democráticos de afirmação nacional.

E não dispensaremos a convergência na acção com o universo de movimentos cívicos e sociais, nacionais ou internacionais, que intervenham com objectivos que partilhamos.

2.5. As nossas prioridades

2.5.1. Interesses e princípios

O Bloco reger-se-á, nas suas tomadas de posição internacional, por princípios e não por interesses de Estado. Temos procurado prová-lo. Sustentámos uma força multinacional de Paz em Timor Leste, decidida pela ONU, do mesmo modo que lutamos contra a agressão militar da NATO nos Balcãs, sem com isso caucionarmos o regime de Milosevic. Discordamos publicamente de Cuba na posição que teve sobre Timor Leste e criticamos o regime em matéria de direitos democráticos, mas isso não nos alinha com a posição dos EUA, nem anula a profunda admiração pela coragem da revolução cubana. Estivemos na rua em protesto contra a visita do primeiro ministro chinês porque os Direitos Humanos são indissociáveis da nossa visão do Mundo, do mesmo modo que assinalamos presença em Macau no acto que marca o encerramento do ciclo colonial português. E defendemos a liberdade de expressão em Angola com a mesma convicção com que lutamos contra a pena de morte na Turquia ou nos Estados Unidos.

Em nossa opinião, o mundo teria tudo a ganhar com a universalização de princípios básicos de civilidade, os que estão inscritos na Carta dos Direitos Humanos e que são, de resto, compatíveis com as profundas diferenças culturais e religiosas que existem no planeta. Mas seremos sempre contra a sua imposição através de guerras movidas por um «governo mundial» sem qualquer legitimidade para o ser, e sem que as nações tenham, previamente, estabelecido entre si um novo Contrato Mundial pelo desenvolvimento.

2.5.2. A nossa visão

Queremos um planeta regido por um novo Contrato Mundial capaz de taxar e limitar a livre circulação dos capitais especulativos e afectar as receitas daí decorrentes ao combate ao sub desenvolvimento; que anule a dívida externa, aproveitando a carga simbólica da mudança de milénio; que acorde plataformas mínimas mundiais de protecção social ao Trabalho e ao Ambiente, com garantia de mecanismos compensatórios para os países mais pobres; que aplique uma convenção sobre a investigação genética e a generalização de resultados, onde a prudência recomenda que não se criem efeitos irreversíveis; e que interdite a apropriação privada do genoma humano.

Queremos uma ordem mundial assente no Direito, que renuncie ao uso da força militar para resolver conflitos territoriais, dotada de um sistema internacional de instituições de segurança colectiva e cooperação para o desenvolvimento, com funcionamento democrático. Neste contexto, apoiaremos propostas políticas que garantam o funcionamento democrático de um Conselho de Segurança com força para impor a paz e impedir as agressões; consideramos que a OMC e as instituições financeiras mundiais devem estar submetidas a controlo político e a princípios de responsabilidade democrática; e que conferências mundiais, como as realizadas sobre o ambiente, capazes de integrar a vontade dos Estados e onde se expressem as opiniões das ONG's, devem ter meios para obrigar os governos ao cumprimento das obrigações que subscrevem.

Queremos a redução radical dos níveis de armamento no Mundo, a começar pelos dispositivos de terror nuclear, um acordo internacional que dissolva as alianças político-militares regionais, uma moratória mundial sobre a investigação científica especificamente militar, e um sistema de controlo internacional sobre a compra e venda de armas, com sanções pesadas aos Estados que não respeitem os acordos que subscrevam.

Queremos um mundo onde os conflitos entre Estados e conflitos no interior de Estados estejam sujeitos a processos de arbitragem internacional pacífica, num quadro onde seja admissível, apenas em última instância, o recurso a forças multinacionais de paz e/ou interposição.

2.5.3. Base de apoio.

A base social desta plataforma é muito larga. São propostas que podem tomar a rua, envolver instituições representativas dos Estados, dinamizar movimentos sociais e ecológicos e motivar as ONG's que trabalham contra o subdesenvolvimento. Mesmo interesses nacionais ou regionais que pesam nas decisões mundiais podem, pontualmente, encontrar vantagens neste novo rumo. Nada disto diminui o alcance mobilizador das propostas. É certo que, de um ponto de vista civilizacional, o seu alcance é limitado e não dispensa outros horizontes de superação da ordem capitalista. Mas não é por acaso que os centros de decisão mundial se têm recusado a equacioná-las. Estas propostas comportam uma lógica de ruptura com os princípios sacrossantos do liberalismo e do predomínio da força nas relações internacionais. Acumulam as forças que quantos desejam uma nova cidadania.

Estes objectivos não representam, por si só, a superação da ordem capitalista. Mas invertem o sentido de uma História onde, para lá das aparências, a barbárie vem ganhando terreno à civilização. A criação de condições de segurança colectiva e a prioridade dada, não à livre circulação dos capitais, mas ao combate à fome e ao sub desenvolvimento, são indissociáveis de qualquer novo horizonte onde a lógica da cooperação substitua a da competitividade.

3. Europeísmo de esquerda, um novo Contrato

3.1. O segundo debate estratégico

3.1.1. Europeísmo...

Aqueles que confiaram no Bloco e aqueles que vêm com renovado interesse a sua emergência política, esperam de nós o compromisso solene de que não nos demitimos de olhar para o espaço europeu, procurando a sua transformação radical. Queremos projectar no futuro os combates pela democracia, os direitos sociais e a emancipação do ser humano, que marcaram o nosso continente durante o século XX, porque eles são portadores de uma cultura política de libertação que partilhamos e sabemos indispensável ao desenvolvimento do nosso próprio país.

3.1.2. ...de esquerda.

Aliás, o debate principal que atravessa as esquerdas europeias nesta mudança de século é o de saber se os ataques da globalização capitalista às conquistas sociais herdadas do pós-guerra e que caracterizam a especificidade do espaço europeu, são negociáveis e compensáveis com políticas «melhoristas», ou se, pelo contrário, a sua defesa implica o relançamento de um modelo económico e social alternativo que não apenas sustente essas aquisições, como inove radicalmente as políticas de intervenção pública e seja capaz de repropor o pleno emprego como elemento central de civilidade. A nossa escolha, e por isso nos situamos à esquerda, é por uma construção política europeia que sustente a segunda opção.

A segunda hipótese que norteia a actividade política do Bloco é a de uma ruptura política com a lógica de uma construção europeia assente no mercado, na moeda única e no controlo de fronteiras regionais. É desta crítica que partimos para a acção.

3.2. Uma construção insustentável

3.2.1. Sinais de impasse.

O conflito balcânico e a decisão da NATO intervir no Kosovo trouxeram à luz do dia todas as debilidades do actual processo de construção europeia.

Os governos europeus, independentemente da sua cor política, capitularam a lógica guerreira dos «falções» de um e outro lado do atlântico, e tal não surpreendeu. Com efeito, a ausência de política externa comum (PESC) é o resultado de uma construção europeia onde os mercados e a moeda têm tido o posto de comando. Os responsáveis europeus nem se deveriam queixar: a ausência de uma estratégia independente dos EUA no conflito balcânico é, simplesmente, o corolário de uma história e de uma escolha - a mesma que vem sucessivamente adiando a entrada na União dos países de Leste.

3.2.2. Mercado e política

Desde que, na década de 50, se fonnou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a integração das economias ocidentais do Continente deu passos de gigante. Alargaram-se, em sucessivas vagas, o âmbito geográfico e os domínios económicos da integração. Chegou-se mesmo à formulação de uma política sectorial comum que, aliás, consome metade do orçamento comunitário em benefício das agriculturas mais ricas e produtivas do centro da Europa. Com o tratado de Maastricht, foi a criação de uma política monetária comum, a do euro e do banco central europeu, que entrou na ordem do dia.

O sistema actual de instituições europeias é o resultado de compromissos delicados entre «federalistas» e correntes que desejavam alguma integração económica num contexto de permanência das soberanias nacionais. Pode dizer-se que a engenharia política desses compromissos chegou, também ela, a um impasse decisivo: por um lado, o sistema institucional não garante capacidade de resposta política autónoma em plano mundial, como se comprovou no Kosovo; por outro, a complexa arquitectura da União não é adaptável à perspectiva do alargamento; e muito menos ela responde, em escala europeia, aos sintomas da crise da política enquanto exercício do poder, que são bem mais evidentes aí do que em escala nacional.

3.2.3. Emprego, protecção social e ambiente

A terceira contradição do processo de integração europeia é a que opõe, de um lado, o desejo de um mercado único e do outro a manutenção, em escala nacional, dos poderes de regulação social dessa integração. Este modelo, desenvolvido em plena euforia das ideias neo-liberais, tem sido, na realidade, mais teórico do que prático. Com efeito, o estabelecimento de «critérios de convergência» para

a entrada no euro, assentes na redução do défice orçamental e no controlo da inflação, têm, em simultâneo, dois efeitos sobre as políticas sociais de cada Estado nacional: por um lado, cria objectivamente um colete de forças; por outro lado, os Estados nacionais explicam a sua política de cortes na despesa social com as obrigações supranacionais quando na verdade poderiam, por via do aumento das receitas fiscais, encontrar patamares de equilíbrio sem recorrer a políticas anti-sociais.

Evidentemente, os eurocratas estão fartos de saber que nem a «convergência nominal» conduz forçosamente à «convergência económica», nem esta está condenada a transformar-se em «convergência social». A prova disso mesmo encontra-se num outro domínio, o das políticas ambientais e que a União chamou parcialmente a si: se é verdade que a integração nunca atacou de frente os desperdícios de recursos naturais e de energia inerentes às sociedades de consumo, porque isso seria contestado por bases eleitorais a quem a direita e os socialistas prometeram mundos de abundância, a verdade é que o número de directivas ambientais não tem comparação com a escassez de legislação avulsa no domínio social ou nas políticas de criação de emprego. Por outras palavras, se em nome dos consumidores e de uma certa ideia de qualidade de vida, a União decidiu chamar a si políticas ambientais com custos sobre as empresas, já no plano social e do emprego, ela continua a resistir.

3.2.4. Insustentabilidade

Importa fazer o balanço: esta construção europeia não tem sido uma escolha dos povos europeus, mas uma imposição das suas lideranças. Institucionalmente, chegou a um impasse que obrigará, de um modo ou de outro, a mudanças de qualidade. No plano político, é evidente a inoperância externa e o défice de democracia intento. Só em matéria económica e social, as contradições não atingiram ainda a fase de ruptura, mas todos os sinais se anunciam: com efeito, a integração dos mercados e o crescimento económico não impediram que, no espaço de 20 anos, o desemprego tivesse passado dos 3 milhões para os 18 milhões, seja na sua maioria estrutural, e não dê sinais de queda. Por outro lado, os Estados foram expropriados da maioria dos instrumentos de política económica que lhes permitiriam fazer face a qualquer período recessivo, apostaram na flexibilização e precariedade dos mercados de trabalho e passaram ao ataque aos direitos sociais adquiridos em nome da estabilidade orçamental.

A conflitualidade social será a consequência principal dos impasses desta construção europeia e ela vai conta para que novos rumos se anunciem. Para lá das aparências de prosperidade, há um combate de civilização a travar. O Bloco de Esquerda quer estar nesse combate e, em Portugal, lutar por ele.

3.3. As teses em presença

3.3.1. Um novo eixo

A crise balcânica revelou a existência de um eixo Washington-Londres, com um desenho próprio para a construção euro-atlântica e a regulação da globalização capitalista. Encontra-se em gestação uma aliança entre a chamada «terceira via» socialista, que tem em Tony Blair o seu principal expoente, e Bill Clinton. Grosso modo, este eixo defende para a União Europeia um modelo de competição económica mundial nos moldes em que ela é concebida pelos Estados Unidos, com desarmamento das políticas proteccionistas, acelerada liberalização da economia, em particular dos mercados de trabalho, e diminuição ao mínimo do papel social dos Estados, substituído pela iniciativa privada. Este eixo prefere igualmente uma política de defesa europeia num contexto de subordinação à NATO sem construção de um exército europeu. E no plano institucional sustenta teses contrárias a qualquer avanço em direcção ao federalismo europeu.

Existe, em toda esta estratégia, uma lógica fortíssima: na óptica da globalização capitalista, a diminuição dos custos indirectos do trabalho aumenta a competitividade da economia, abates de protecção aceleram a mundialização das trocas e baixam o preço das mercadorias; e, existindo finalmente uma ordem unipolar, surge como mais económico aliciar os EUA para um sistema de co-decisão política e militar, do que investir na construção de um Estado e de um exército europeu. Se a coerência interna do argumento é inquestionável, convém recordar o seu preço: esta é a estratégia que faz do desemprego estrutural, dos salários sem protecção e do acentuar das diferenças de desenvolvimento entre as nações, a chave do seu sucesso; que não se importa de lançar na economia de casino as contribuições sociais dos trabalhadores, como se elas pudessem estar garantidas no futuro, em nome do financiamento da especulação financeira nos dias de hoje; e que reproduz, agora em versão unipolar, a desigualdade dos Estados ante o Direito.

3.3.2. O federalismo

Nas últimas eleições europeias, cresceram as vozes contra o impasse político da União e a necessidade de uma nova arrumação institucional. O termo «federal» foi pouco utilizado porque, nos dias que correm, é uma «besta negra» do debate europeu. O foco centrou-se, por isso, na questão de um imposto europeu que financiasse a decisão de criar um exército europeu, domínio em que a opinião pública poderia ser mais sensível, à luz dos acontecimentos nos Balcãs. Em Portugal, o maior defensor da tese federal foi Mário Soares e os argumentos são conhecidos: a Europa é uma potência económica e não pode, por isso, continuar a ser um anão político e militar. E a Europa precisa de força política e militar própria para, ante os EUA, defender uma globalização assente no chamado modelo social europeu.

Também neste caso, a lógica interna do argumento parece fazer sentido. Mas ele assenta em pressupostos que não são, de todo em todo, válidos:

Em primeiro lugar, não é possível falar da «Europa» como realidade política e cultural unitária, mas antes como um mosaico de nações cuja constituição em Estados nacionais é recente e onde a memória de tentativas imperiais, conflitos em nome de egoísmos territoriais e proteccionismos ferozes, está ainda bem viva e recomenda prudência em matéria de arquitecturas institucionais para o futuro. Aliás, quem olhe para as realidades europeias pode, com facilidade, descobrir como a questão nacional não se encontra sequer resolvida no interior dos actuais Estados - a questões basca e irlandesa ai estão para o ilustrar.

Em segundo lugar, o «federalismo» será uma cultura, mas não é uma política. Por detrás do «federalismo» escondem-se posições que percorrem praticamente todo o espectro político e as opiniões de Mário Soares sobre o «modelo social europeu» estão longe de fazer a maioria entre federalistas. Por outras palavras, se todos convergem para fazer da Europa um novo gigante político-militar, bem poucos acham que valha a pena defender as aquisições sociais do pós-guerra.

Finalmente, a história real da construção europeia tem sido, desde o início, marcada pela visão dos federalistas. No concreto, o federalismo não apenas se revelou compatível com o neo-liberalismo, como foram as suas instituições que o impulsionaram. Ao federalismo são imputáveis as transferências de soberania para uma União onde a democracia e a cidadania se apresentam ainda mais frágeis do que

nas escalas nacionais. E ao federalismo é imputável a criação de um banco central europeu com objectivos estatutários não sujeitos a controlo e verificação da vontade das populações europeias. A construção europeia que assentou no eixo Paris/Bona não é menos pernicioso do que o programa de intenções de Londres/Washington.

No actual contexto europeu, a vitória das teses federalistas não traria nada de bom aos povos da Europa. Essa vitória só se poderá instituir a golpes de Estado contra a maioria das opiniões públicas e da própria cidadania europeia. E, a triunfar, o seu resultado político seria temível: a perspectiva da construção de um Estado federal e de um exército europeu transportaria para o plano militar a rivalidade económica e financeira com os EUA.

3.3.3. A singularidade francesa

Vale a pena avaliar mais cuidadosamente as posições dos socialistas franceses. Eles sabem que a sua chegada ao governo representou uma explícita condenação do eleitorado às políticas mais abertamente neo-liberais. Sabem também que a luta social em França, mais do que noutros países europeus, vem resistindo às tentativas de destruir as conquistas do «Estado providência» e depara com fortíssimas resistências, mesmo na sua própria base social. Sabem, também, que explicaram aos eleitores como a redução do horário de trabalho para as 35 horas seria indispensável para combater o desemprego. Por todas estas razões, e também para defenderem quotas de mercado francesas, os socialistas franceses são pelo condicionamento da liberalização económica mundial e as suas posições têm tido algum eco na União Europeia, que partiu para a «ronda do milénio» iniciada em Seattle, com uma agenda em muitos aspectos contrastante com a dos EUA.

Destes aspectos não se infere que Lionel Jospin e os seus aliados sejam portadores de uma estratégia alternativa para a construção europeia. As suas posições estão, igualmente, longe de fazer vencimento na Internacional Socialista, que há muito deixou de elaborar estratégias independentes da dinâmica imprimida à globalização pelos norte americanos. Com efeito, a posição francesa situa-se dentro dos marcos traçados pelos tratados de Maastricht e Amesterdão e do Pacto de Estabilidade que se lhes seguiu. Ela procura condicionar políticas mais lesivas ou atrasar o ritmo que os EUA gostariam de imprimir ao conjunto da economia mundial, mas não rompe com a sua lógica.

3.3.4. Europa, a grande desculpa

O governo português tem, em matéria europeia, a posição de um pequeno país que recusa o risco de grandes políticas. No plano político e institucional é claramente favorável a teses de recorte federalista, incluindo as que vão no sentido da criação de um corpo europeu de defesa militar. No plano económico e social é, em palavras, favorável a uma coordenação de políticas que extravasar o seu monopólio pelo Banco Central Europeu, e que hoje tem como objectivo único o controlo da inflação.

Em palavras, os socialistas querem taxar a circulação de capitais, distanciam-se do sigilo bancário e fazem votos de fé por políticas activas de emprego. Mas em actos, recusam o que dizem. Segundo o governo, no plano nacional, nada de substancial se pode fazer sem que se obtenha um consenso europeu... e como este não existe, também não vale a pena insistir em escala europeia. A consequência tem que ser tirada: Portugal demite-se de lutar pelas políticas que mais lhe poderiam interessar e que seriam do interesse de um desenvolvimento social mais justo em escala europeia. Portugal demite-se da política com P grande e reduz-se à «esperteza» de aproveitar o que lhe seja concedido pelos países do centro da Europa.

3.3.5. Em direcção a uma nova síntese

O nosso ponto de partida é bem distinto: como assinalámos no Contrato pela Europa, consideramos prioritária a construção de «uma alternativa de projecto à esquerda, capaz de dar outra força e sentido às mobilizações sociais e políticas em quadro nacional e internacional».

As teses sumariamente desenvolvidas nos pontos anteriores têm discutido entre si demasiadamente à vontade. É, no essencial, a negociação entre elas que vem definindo as posições europeias. Este processo tem de ser «curto circuitado» por uma nova capacidade de intervenção política das esquerdas europeias mais combativas.

A importância de uma alternativa de projecto, que proceda a uma síntese entre diferentes tradições políticas, sem anular as suas especificidades nacionais ou referências teóricas é, neste contexto, da maior importância. O trabalho não está todo por fazer. É possível constatar grandes convergências no que é decisivo defender - as conquistas sociais representadas nos sistemas de saúde, de educação e de segurança social; no que se deve promover - políticas de convergência reais que estimulem a criação de

emprego e atendam aos interesses dos países periféricos da União; e no que é preciso adquirir - um modelo de desenvolvimento que assuma a centralidade do Trabalho, a convergência pelo nível mais elevado de direitos e conquistas e a ecologia.

Falta à Europa uma alternativa que responda aos impasses da construção europeia e dê voz e perspectiva aos combates de civilização que marcarão os primeiros anos do próximo século. O Bloco quer estar nesse debate que visa projectar o melhor da História europeia no seu futuro.

3.4. As nossas prioridades

3.4.1. Refundação

Nas eleições europeias, o Bloco apresentou-se ao país sustentando a necessidade de uma refundação da Europa com base numa Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos. Esta proposta mantém plena actualidade. No plano político e institucional, ela pretende uma Europa onde as fronteiras políticas coincidam com as geográficas e onde se encontre uma síntese entre o respeito pela capacidade de decisão nacional e o alargamento da cidadania em escala europeia. No plano económico, ela dá prioridade aos factores de convergência real entre as economias e não ao controlo da inflação. No plano social e ambiental, opta por uma construção capaz de convergir pelo nível mais elevado de conquistas, direitos e responsabilidades com a Natureza. E no plano cultural, assume o multiculturalismo como fonte de riqueza comum e recusa a ideia de fortaleza contra os emigrantes. A Carta é o instrumento político que permitirá elaborar novos Tratados e acordos que superadores de Maastricht e Amesterdão.

3.4.2. As condições existem

A Europa que defendemos é por isso unida, democrática, aberta e solidária. Não estamos condenados à paralisia. A Europa é um espaço económico de primeira grandeza. Não é verdade que o desemprego estrutural que sobre ela se abate seja explicado pela concorrência do chamado terceiro mundo, salvo em sectores muito específicos. E também não é verdade que o atraso tecnológico face aos EUA ou ao Japão seja incontornável - basta que se adoptem políticas sérias em escala europeia para financiar a investiga-

ção e o desenvolvimento. A realidade da União é a de um mercado onde 70 por cento das trocas se faz entre os países membros. Isto significa que a Europa pode sustentar, se tiver vontade política para tanto, o confronto sobre a ordem mundial que deve marcar a entrada no novo século, sem que o preço a pagar internamente seja particularmente elevado.

3.4.3. A nossa visão

Nós queremos uma Europa capaz de garantir a paz no interior das suas fronteiras. Por isso defendemos a prioridade ao alargamento a quantos, no continente, aceitem a salvaguarda prática dos Direitos Humanos e a renúncia explícita ao uso da força militar para resolução de conflitos.

Nós defendemos uma Europa que se entenda como comunidade de Estados soberanos, dotada de instrumentos diplomáticos e de um sistema de sanções não militares sobre quantos não respeitem as condições de adesão.

Nós defendemos uma Europa onde os Estados multinacionais garantam aos povos a possibilidade de serem eles a decidir, por meios políticos, da sua constituição em Estado.

Nós defendemos uma Europa que se comprometa com o objectivo do pleno emprego, dinamizando políticas públicas de investimento, reduzindo o horário de trabalho, aceitando o fim do princípio do equilíbrio orçamental e uma política fiscal favorável ao emprego seguro e à qualidade ambiental.

Nós defendemos uma Europa comprometida com a sustentabilidade do planeta, respeitando os acordos mundiais de protecção ambiental já realizados. Essa Europa deve ter coragem para renunciar à energia nuclear, castigar duramente o desperdício de energias não renováveis e a produção e importação de resíduos tóxicos. Essa Europa deve ser, também, capaz de aplicar uma moratória à investigação, produção e distribuição de alimentos transgénicos.

Nós defendemos uma Europa que valorize as diferenças e combata as discriminações que tenham por origem o sexo, a escolha de orientação sexual, a cor ou a religião.

RESOLUÇÃO 2: Emprego e Direitos na Europa

A Convenção nacional do Bloco de Esquerda considera que as diferentes dimensões da refundação da Europa são igualmente importantes. Mas nos próximos dois anos, o Bloco dará maior prioridade ao tema do emprego e ao da Carta dos Direitos dos Cidadãos e dos Povos.

A prioridade ao emprego justifica-se porque a presidência portuguesa da União, no primeiro semestre de 2000, vai fazer do assunto uma matéria de debate europeu e as respostas que tem para ela são, em absoluto, insuficientes. O Bloco apoiará uma iniciativa internacional europeia que assuma a forma de uma Contra Cimeira e saúda a CGTP por no seu congresso ter incorporado a proposta de uma manifestação sindical europeia por políticas consistentes de emprego com direitos.

A prioridade à Carta de Direitos justifica-se pelo seu alcance estratégico propiciar um diálogo à esquerda com contornos europeus. As balizas para esse documento que actualmente se discutem entre os dirigentes da União Europeia são, de todo em todo, minimalistas. A realização de um seminário internacional sobre este assunto deverá realizar-se no nosso país, competindo à Mesa Nacional fixar a data mais apropriada para a sua realização em 2001.

4. O caminho da nova esquerda

4.1. O terceiro debate estratégico

4.1.1. Atraso, desigualdade e conservadorismo

Aqueles que confiaram no Bloco e aqueles que vêm com renovado interesse a sua emergência política, esperam de nós a garantia de que atacaremos as raízes do atraso nacional, as desigualdades profundas que marcam o país e o conservadorismo que ainda o atravessa. Estes são os nossos adversários. O Bloco de Esquerda não se ilude, nem se deixa condicionar, pelos holofotes da chegada tardia de Portugal à sociedade de consumo. Por detrás das montras, para além das estatísticas do crescimento e sem desvalorizar os progressos políticos, sociais e culturais dos últimos 25 anos, o que se esconde é um país dual que passou a enfrentar «todos os problemas típicos das sociedades modernas e complexas sem, simultaneamente, ter sido capaz de resolver os seus principais atrasos em matéria de subdesenvolvimento». Este diagnóstico, enunciado no Começar de Novo, continha, implícita, uma segunda constatação: a sucessão de governos ao centro político, longe de ter resolvido o dualismo, desenvolveu-o.

4.1.2. Desenvolvimento, modernidade e cidadania

As pessoas e as correntes que se situam à esquerda da governação têm três debates decisivos nesta viragem de século: um, é o de saber como podem acumular forças e mobilizar vontades para derrotar a doença nacional do rotativismo ao centro, outro, de natureza estratégica, é o da alternativa de programa; e o terceiro é o do seu posicionamento face ao «grande centro» que vem governando o país. Os dois primeiros debates estão interligados. Só a acumulação de forças e conhecimentos permite construir e validar socialmente as hipóteses inscritas numa alternativa de programa. Mas, inversamente, também é verdade que um projecto consistente de alternativa ao centrismo, é indispensável para gerar novas energias, despertar esperanças e mobilizar vontades. A terceira questão é igualmente decisiva: será o centrismo «reformável» se a ele se associar a esquerda? Ou, pelo contrário, a esquerda, sem negligenciar o valor de acordos para reformas em concreto, deve «correr por fora» para acumular forças e alternatividade?

O país vive dominado por uma ideia de progresso que assenta nos valores da competição, na posse de bens materiais e nas virtudes do individualismo. É

este o pensamento dominante. O Bloco, pelo contrário, quer ser parte integrante de um outro projecto nacional: o que à competição opõe prioridades sociais claras e um modelo de desenvolvimento com base na cooperação; que à sede de posse, responde não apenas com a igualdade de oportunidades, mas com novos conteúdos para a qualidade de vida; e que à indiferença sobre os destinos colectivos, coloca a alternativa de uma cidadania alargada. Precisamos de um projecto nacional que reclame para hoje o conjunto dos horizontes de quantos não inscrevem as suas propostas na «ordem natural das coisas».

A terceira hipótese que norteia a actividade do Bloco é a da ruptura política com rotativismo ao centro, erguendo uma alternativa de projecto para o desenvolvimento do país. Este caminho impõe uma opção prática fundamental: estando nas instituições democráticas do Estado, o Bloco continua a correr por fora, sem se comprometer com a governação e os poderes instituídos.

4.2. As forças em presença

4.2.1. O «grande centro»

Há dois modos de ler as realidades políticas que hoje governam o «primeiro mundo»: uma é considerar que a alternância no governo entre dois partidos é o resultado de uma clássica fractura entre direita e esquerda. A outra é o de considerar que essa alternância corresponde ao modo de governo de um «grande centro» onde se esbatem, progressivamente, todas as diferenças qualitativas de política. O Bloco de Esquerda escolhe a segunda leitura. Os regimes de alternância tiveram, em diversos países, origens na disputa entre partidos operários e burgueses. Mas hoje, em nome do acesso ao governo, essas forças diluíram identidades, moderaram propostas e, principalmente, alinharam por códigos civilizacionais comuns. Nesta aproximação quem fez o essencial do caminho foram os partidos de tradição socialista e social democrata.

No caso português, essa evolução global tem características históricas específicas:

Em primeiro lugar, a força do «grande centro» é muito recente, e não o fruto de uma longa construção. Por isso mesmo, não tem o grau de consolidação presente em muitos outros países.

Ela resulta de um processo histórico onde se inscreveu uma revolução que ficou a meio caminho, e onde PS e PSD se encontraram no mesmo lado da barricada. Este facto detennina um histórico «enviamento» desse «grande centro» para a direita.

A força do nosso «grande centro» resulta, em segundo lugar, de ter estabelecido - para acabar definitivamente com qualquer ideia de revolução no país - um projecto comum de convergência estratégica em direcção à então CEE, e à ideia de modernidade que ela mesma de si transmitia. Por outras palavras, PS e PSD identificaram o progresso com a Europa do Tratado de Roma e nesse projecto se fundiram as políticas que serviam as forças económicas e sociais mais interessadas nesse caminho.

A força do «grande centro» explica-se ainda por, no rescaldo da revolução, ter resolvido a questão da democracia da pior forma: se a Constituição procurava uma síntese entre democracia representativa e participativa, as forças que governaram o país desde 1976 não descansaram enquanto não conseguiram expropriar o país das suas veleidades participativas.

finalmente, a presença, mesmo quando alternada, entre PS e PSD, no governo, permitiu que revertessem em seu favor, quer os maiores benefícios das notáveis conquistas sociais do período revolucionário, quer a euforia da entrada tardia de Portugal na sociedade de consumo.

Neste processo, as diferenças históricas, sociais e culturais que existissem entre os dois partidos esbateram-se extraordinariamente. No essencial, eles passaram a disputar o mesmíssimo eleitorado e os mesmíssimos suportes sociais e económicos.

4.2.2. Sinais de esgotamento

Se o «grande centro» é historicamente uma formação recente, nem por isso os sinais deixam de ser os de um envelhecimento precoce. O rotativismo nunca conseguiu, ao contrário de outros países, reduzir o sistema nacional de partidos ao bipartidarismo. Aliás, os últimos anos vêm demonstrando à saciedade que o «grande centro», se não vê ainda questionado o seu papel dirigente, está a perder capacidade de agregação. O crescimento regular e consistente da abstenção, o reforço dos votos nas pequenas formações e uma efectiva, embora recente deslocação para a esquerda de sectores do eleitorado, aí estão para o provar. Neste momento, é maior a tendência para o enfraquecimento do rotativismo do que para o seu reforço.

Não se podem inferir deste facto consequências lineares para o futuro. Se o reforço do abstencionismo é estrutural, isso não impede que reformas em profundidade no sistema político e a emergência de novas forças políticas no país, não possam inverter parcialmente essa tendência - o Bloco, por exemplo, está a ser capaz de combater com relativo sucesso esse fenómeno. Por outro lado, a recente deslocação para a esquerda dependerá muito de como se vierem a dispor as forças políticas da própria esquerda nos próximos combates políticos e sociais.

A hegemonia do «grande centro» tem, contudo, dois limites políticos muito fortes:

Por um lado, PS e PSD disputam o mesmo espaço político e social, o que diminui os terrenos de diferenciação. A política ao centro é, cada vez mais, uma luta de protagonistas e volume de obra. Não pode, sob pena de perda de consenso, proceder a «políticas fortes», qualquer que seja o seu sinal. Não pode, igualmente, contrariar os interesses com maior influência na economia do país, porque a sua sustentabilidade depende deles. A política de privatizações, por exemplo, é absolutamente similar nos dois partidos e são os maiores potentados económicos e financeiros quem vem declarando, alto e bom som, o seu contentamento com a governação socialista.

O «grande centro» pratica, por tudo isto, espectáculo máximo e política mínima. A consequência é inevitável: de fora desta política ficam os que têm menos poder e menos voz. A primeira causa da progressão sustentada do abstencionismo é a do cepticismo e descrença entre os mais pobres na capacidade da política fazer algo de relevante por eles.

Esta exclusão política tem um limite: em países do centro da Europa, está na origem do crescimento dos partidos de extrema direita, que exploram os piores instintos, ódios e invejas que se podem encontrar entre os que estão a perder, ou têm medo de vir a perder. Em Portugal, esta possibilidade não é de excluir em caso de crise económica. Mas estamos a tempo de a evitar: se se verificar uma recomposição na esquerda que erga uma alternativa com coragem para ir às raízes dos problemas e acumule as forças necessárias para despertar a esperança entre os que deixaram de acreditar.

Por outro lado, a «política mínima» desenvolve a crise larvar do sistema, alimentando o cepticismo e a indiferença sobre o regime democrático nas classes médias. Enquanto durar o ciclo do crescimento económico, elas são tentadas pela «estabilidade», um

sacrossanto valor do «grande centro». Mas isso não as leva forçosamente a votar. Pelo contrário, entre as classes médias desenvolvem-se dois sentimentos contraditórios: há os que percebem a indiferença de políticas e o triste espectáculo dessa política e se decidem pela abstenção; e há os que se deslocam para a esquerda porque o «grande centro» só tem sociedade de consumo para oferecer, o que é bem pouco como programa de modernidade.

O rotativismo ao centro e a natureza das suas políticas são os grandes responsáveis pela progressão sustentada do abstencionismo e da indiferença dos cidadãos face à política que existe. A inversão desta tendência não depende, por isso, apenas de uma reforma no sistema político, por necessária que ela se revele. Depende igualmente de uma ruptura com as políticas do sistema.

4.2.3 Crise de legitimidade e cidadania

Vozes mais lúcidas vêm denunciando os sinais desta crise. Mas elas têm bradado no deserto e do debate tem estado arredada uma terceira dimensão deste fenómeno: a crise de legitimidade das instituições representativas do Estado tende a afectar as fontes de legitimidade cívicas e sociais, ou seja, a dimensão participativa da democracia. Através do seu domínio sobre as instituições representativas, o «grande centro» vem revelando uma evidente impermeabilidade à exigência social, pondo em causa o próprio valor do protesto no nosso país. Durante o cavaquismo, essa impermeabilidade era uma política activa, que não hesitava em recorrer às forças policiais para impor os seus pontos de vista. Durante o guterrismo, o «diálogo» não levou o Estado a fazer escolhas, mas prolongar os impasses - o caso mais escandaloso desta «neutralidade» que mantém sempre as situações que estão nas origens dos protestos, registou-se na recente greve dos pescadores, a mais longa que o país conheceu nos últimos 25 anos.

A aposta estratégica do Bloco num projeto de alternativa e a sua recusa em participar em maiorias de governo hegemónicas pelo actual Partido Socialista, é uma escolha que decorre não apenas de diferenças fundamentais de política, mas também da nossa vontade de dar expressão política às razões do abstencionismo e força aos movimentos de exigência cidadã que preservem a sua au-

tonomia face aos poderes instituídos.

4.2.4. A acção da Presidência da República

Foi necessária mais uma forte progressão da abstenção nas últimas legislativas, na sequência de dois referendos que quase mataram à nascença esse novo instituto, para que o Presidente da República tivesse condições políticas para repetir um discurso de alarme que, aliás, já havia feito um ano antes sem qualquer sucesso. Só agora a questão parece ter entrado definitivamente na ordem do dia.

Aliás, a instituição Presidência da República é, seguramente, a que mais tem escapado aos factores de descrédito em que a política portuguesa mergulhou. Dispondo de um poder residual, é indiscutível que Jorge Sampaio tem exercido o que gosta de classificar como «magistratura de influência». O poder que tem é o que conquistou nas umas e é o que a crise da política ao centro lhe tem proporcionado, mesmo que com ela nunca tenha deixado de coabitar.

Não é ainda o tempo de proceder a um balanço definitivo do mandato presidencial, mas ele apresentará seguramente traços contraditórios: é indiscutivelmente positivo no esforço de valorização das capacidades sub aproveitadas que se espalham por todo o país, bem como na denuncia de situações que carecem de novas políticas, como o fez recentemente a propósito do estado da saúde. Mas com Jorge Sampaio temos diferenças importantes: por exemplo, o presidente apoiou a invasão do Kosovo, é pública a sua posição favorável à criação de círculos uninominais e, também recentemente, foi incapaz de resistir ao atavismo das cerimónias de beija mão a que se vem habituando uma cultura nacional incapaz de se emancipar.

RESOLUÇÃO 3. Qualidade da democracia

A primeira Convenção Nacional do Bloco de Esquerda decide convocar para 2 de Abril do ano 2000, na cidade do Porto, uma Conferência Nacional sobre a Qualidade da Democracia.

Nesta Conferência, o Bloco apreciará um conjunto alargado de propostas que respon-

dam activamente à necessidade de uma reforma em profundidade no sistema político português e à grande batalha de opinião que se irá travar em redor da alteração das leis eleitorais.

Nesta ocasião, o Bloco procederá igualmente a um primeiro debate sobre a sua posição nas Presidenciais do fim do ano, na sequência da avaliação que venha a fazer do mandato do actual PR e do contexto de candidaturas que se perilem no horizonte.

4.2.5. Canto de cisne pela nova maioria

Há quatro anos o Partido Socialista prometeu aos portugueses uma nova maioria e a ruptura com o cavaquismo. Por um momento, pareceu a muitos, que o PS, embora de forma moderada, iria procurar um caminho orientado por novas prioridades sociais e um desejo sincero de modernidade. Muitos esperaram que a chegada do PS ao governo revelasse, no mínimo, força propulsora para algumas reformas que dessem sentido a um virar de página. E o país, nem que fosse para se ver livre de 10 anos de Cavaco Silva, deu a António Guterres a oportunidade de mostrar o que valia.

Nenhum governo, nos últimos 25 anos, gozou de tão excepcionais condições para poder vingar.

Para além de uma conjuntura económica francamente favorável, o PS contou com uma crise durável no principal partido da direita portuguesa, incapaz de se recompor da sua saída do poder. Contou ainda com uma disputa fratricida entre PSD e PP, que falham uma aliança anunciada a menos de oito meses das eleições, e com um PCP sem capacidade de iniciativa política. António Guterres dispôs ainda, na recta final, de uma sucessão de acontecimentos que beneficiavam extraordinariamente a centralidade do governo nos media. Apesar de tudo isto, os socialistas não obtiveram a maioria absoluta que ambicionavam e que o PSD havia alcançado por duas vezes. Porquê? Porque os socialistas frustraram as expectativas do seu eleitorado à esquerda e não conseguiram convencer suficientemente o centro de que valiam a pena. A força propulsora que os levou a S. Bento esvaiu-se ainda antes do fim do primeiro mandato. A direcção do PS convencera-se de que alcançaria a maioria absoluta desde que tivesse os grandes interesses económicos satisfeitos e não tocasse no conservadorismo nacional. Enganou-se e não dá mostras de ter aprendido.

O PS tem mostrado como é, acima de tudo, um departamento de redistribuição de pessoal político. E são cada vez mais evidentes as múltiplas dependências dessas operações de pessoal face a clientelas e lobbies económicos e corporativos, que vão fazendo do partido da rosa uma larga federação de interesses frequentemente contraditórios, mas unidos no exercício do poder em benefício próprio.

Como o que começa mal dificilmente se endireita, tudo indica que este governo pouco mais será do que um somatório de ministros tratando cada um de si, com um primeiro ministro viajante e um grupo parlamentar inevitavelmente instável. A tática do Bloco de Esquerda, nomeadamente na frente parlamentar, deve ter em linha de conta a aparente aceleração dos sinais de esgotamento da governação socialista.

4.2.6 A esquerda que o PS ainda tem

A frontalidade com que criticamos a deriva do PS ao centro e à direita é compatível com outra constatação: nos eleitores, nos militantes e nos quadros do Partido Socialista existem muitos homens e mulheres de esquerda. Entre os socialistas existe uma esquerda social e uma esquerda cultural que, por razões várias, nunca se constituíram em esquerda política autónoma no PS. Se este facto limita efectivamente o protagonismo político desta área, ele não nos leva, contudo, a negar a sua existência.

Por outro lado, se é verdade que as propostas políticas do Bloco de Esquerda apontam novos horizontes para o país, boa parte delas não dependem de qualquer ruptura política prévia para poderem vir a ser aprovadas e aplicadas. Por isso, o Bloco de Esquerda, sem abdicar da clareza de posições, procurará, no parlamento e na sociedade, promover as convergências práticas que se revelem necessárias a combates comuns de quantos se reclamam da esquerda.

Estas são as razões porque o Bloco de Esquerda considera necessário o debate político com os socialistas e continua a afirmar que a recomposição da esquerda a médio prazo não dispensa uma corrente de pensamento na tradição socialista.

4.2.7. O PCP numa encruzilhada

À esquerda da governação começam a ser por demais evidentes os sintomas de que o PCP se encontra numa fase de definição estratégica. Saído das eleições legislativas com um ligeiro reforço de deputados e uma perda relativa de vinte mil votos, e com um congresso marcado para fins do ano 2000, os comunistas deixaram, entretanto, de ter o monopólio da representação parlamentar à esquerda do governo.

Este novo quadro está a gerar comportamentos contraditórios: de início lidaram mal com o nova «intruso» parlamentar, procurando evitar que o grupo do Bloco tivesse visibilidade parlamentar e contestando em seguida a nossa entrada pelo lado esquerdo da Assembleia; por outro lado, nota-se uma evolução positiva do PCP em domínios onde as posições do Bloco estavam a provocar dificuldades na própria base de apoio do partido - regista-se, com efeito, uma renovada atenção a projectos de lei que reforçam direitos civis e mesmo inversões de posição, como no caso das políticas de combate à toxicodependência; finalmente, vários dos principais dirigentes comunistas vêm fazendo declarações públicas sustentando a aproximação à área do poder e elas dificilmente podem ser dissociadas da posição em que o grupo parlamentar comunista se colocou ao não ter votado nenhuma moção de rejeição ao programa de governo.

O Bloco não tem qualquer intenção de interferir no debate dos comunistas. Mas é evidente que ele tem consequências sobre o conjunto das esquerdas e, portanto, não nos é indiferente. No documento de fundação do Bloco considerávamos que «o PCP é portador de um activo necessário á sociedade portuguesa» - de tradição, combatividade e capacidade de resistência autónoma - e mantemos esta opinião, bem como a perspectiva estratégica que então enunciámos: «é indispensável abrir o diálogo à esquerda e dar-lhe continuidade. Porque a exigência de uma esquerda que consiga, a um tempo, ser plural, combativa e influente, pode não ter prazo para nascer, mas nem por isso deixa de ser menos necessária». Resta saber se a abertura da discussão estratégica no PCP os inclinará para a perspectiva de uma alternativa unitária de projecto e que, para o ser, deve ter a coragem de correr por fora da área do governo ou se, pelo contrário, se virá a saldar numa variante nacional da opção feita pelos comunistas franceses. De algum modo, o debate dos comunistas, que também incide sobre a sua própria democracia interna, porá em causa a autosuficiência cristalizada em linha política.

4.2.8. O caminho do diálogo à esquerda

Um ano depois de termos começado, é tempo de clarificar horizontes. No plano político-eleitoral, o Bloco de Esquerda deve estar preparado para caminhar pelos seus próprios pés e crescer. Mas esta não é a questão principal. A hipótese estratégica a que queremos dar força - a ruptura com o rotativismo exige a construção de uma alternativa de projecto e a coragem de «correr por fora» - exige a aproximação, a presença e a participação de quantos, olhando com simpatia este caminho ainda se não reconhecem no Bloco e, muito possivelmente, não se querirão, nele, vir a reconhecer. Esta é a direcção principal da nossa actividade e a que determinará, em definitivo, as decisões sobre o nosso posicionamento específico nos diferentes actos eleitorais que se avizinham.

Há muito mais esquerda do que a que se reconhece nos actuais partidos de esquerda. Existe, no país, uma esquerda social, cívica e cultural que não se tem aproximado o suficiente das esquerdas políticas porque estas, Bloco incluído, ainda não conseguiram dar resposta satisfatória à questão nuclear da alternativa de projecto: como pôr termo ao profundo divórcio entre as diferentes esferas da vida e a esfera da política. E existe no país um imenso e profundo mundo que se remeteu à abstenção e ao cepticismo sobre a política que existe, que pode ser sensível ao apelo de um Começar de Novo que mostre, além de propostas e atitudes claras, força para mudar o país e despertando as esperanças adormecidas.

O caminho do diálogo à esquerda tem de ser, por isso mesmo, o da construção de uma esquerda de sociedade, capaz de responder, no dia a dia, à fractura entre a vida e a política enquanto exercício do poder. Se esta premissa está correcta, então o caminho do diálogo à esquerda, mais do que um processo negocial entre estados maiores partidários, só pode ser o da criação de espaços de encontro e convergência entre os diferentes activismos sociais, culturais e políticos que, no país, não se subordinam aos interesses dos poderosos, não se rendem ao colacionismo com o poder de Estado, e entretanto não se dernitem de melhorar e transformar a vida dos que sofrem.

O diálogo à esquerda é um processo: ele tem de se construir sobre plataformas unitárias que mobilizem a sociedade por objectivos concretos inadiáveis e aproximem as diferentes tradições de activismo político, social e cultural. E ele não pode prescindir de fóruns que permitam consolidar essas convergências e dar-lhe dimensão política. O Bloco tem demons-

trado, ao longo do seu primeiro ano de existência, abrindo os seus fóruns ao diálogo a muitos protagonistas da vida nacional, que deseja sinceramente essas aproximações e que é capaz de aprender com elas. Mas temos a noção de que é possível ir mais longe nesta via, que é possível criar novos patamares de entendimento, desde que não existem intenções proprietárias ou hegemónicas nessa via.

O caminho do diálogo à esquerda é o que dá força às convergências de quantos desejam, em Portugal, uma esquerda de sociedade, que seja plural desde a sua génese, democrática nos propósitos, ambiciosa no projecto e clara no seu objectivo: impor mudanças de rumo substantivas ao país do rotativismo ao centro.

RESOLUÇÃO 4:

Mesa redonda das esquerdas

A viragem para um novo milénio deve significar, em Portugal, o ponto de partida para um processo de Mesa Redonda em direcção à alternativa de uma esquerda de sociedade, capaz de convergir no plano político sem alienar a autonomia dos seus territórios específicos de intervenção.

O Bloco de Esquerda manifesta a sua disponibilidade para estudar os moldes e os objectivos desse grande encontro, sem lhe fixar data, agenda, condições prévias ou objectivos de natureza eleitoral. Insistirá apenas na absoluta necessidade deste ser um processo aberto que envolva, além da esquerda socialista, dos comunistas, das diferentes sensibilidades ecologistas e dos bloquistas, as melhores energias do activismo cívico deste país.

5. Um Bloco em forma de movimento

5.1. A nossa diferença

5.1.1. O que é novo cresce

O Bloco de Esquerda teve origem num acordo de convergência entre três partidos da esquerda não parlamentar - a POLÍTICA XXI, o PSR e a UDP - e num documento fundacional, o Começar de Novo, que, além destas três organizações, agregou ao projecto homens e mulheres de esquerda não organizados partidariamente. O ano de 1999 foi marcado por dois actos eleitorais e dois grandes combates políticos - a luta contra a agressão da Nato nos Balcãs e a solidariedade com o povo de Timor Leste. Nestes quatro acontecimentos, o Bloco adquiriu consistência política, dinâmica de movimento e capacidade propositiva. As melhores expectativas, no que respeita à capacidade de intervenção, aquisição de confiança entre activistas originários de diferentes tradições políticas e ideológicas, e confiança do eleitorado, foram superadas. Mas, como é evidente, apenas se começou a construir uma identidade colectiva, a implantação no país está longe de ser uniforme e o exercício da democracia interna foi condicionado pelo ritmo dos acontecimentos.

Em doze meses, o que era uma convergência de diferenças transformou-se no arranque de um novo movimento capaz de começar a alterar o mapa político português. O Bloco superou em muito as áreas de influência das correntes organizadas que lhe deram o impulso inicial e gerou justificadas expectativas em diferentes sectores da sociedade. Importa, por isso, fazer o balanço prospectivo de um ano de experiência em comum e traçar, com precisão, o que devem ser as balizas de uma nova identidade em construção e crescimento.

O Bloco não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de acção e pensamento que, pelas suas propostas e atitudes, quer anteceder a esquerda de que Portugal precisa para a viragem do século.

5.1.2. Características do novo movimento

O Bloco de Esquerda quer ser um novo movimento e não mais um partido. Esta escolha não envolve qualquer julgamento de valor sobre a forma partido

e muito menos a arrogância da descoberta de uma nova fórmula «superior» de organização política. É apenas o resultado de um sentimento manifestado um pouco por todo o país nas centenas de encontros que promovemos em 1999 e que reflectem, sem dúvida, os limites do actual sistema político-partidário quanto à capacidade de representação do conjunto das opiniões existentes na sociedade. A opção por uma lógica de movimento tem, contudo, implicações profundas em todos os domínios desta iniciativa política. Sintetizando, O Bloco veio para ficar. Quer ser plural no plano ideológico, coeso nas principais propostas, eficaz na marcação da agenda política e, no plano interno, assume a democracia de cooperação, o valor da experimentação e a liberdade individual como critérios da sua própria construção.

5.2. Pluralismo e coesão

5.2.1. Pluralismo, partidos e Bloco

No plano do ideário geral, um partido tem dificuldade em conviver, no seu interior, com diferentes tradições históricas e ideológicas, porque ele mesmo é uma história e uma identidade definida em função de um projecto de sociedade. Pelo contrário, a lógica de movimento do Bloco de Esquerda, assumindo-se simplesmente como uma comunidade de valores e propostas, admite no seu interior o convívio entre diferentes tradições e visões político-filosóficas do Mundo. O que unifica o movimento Bloco de Esquerda não é um horizonte, mas sim as propostas concretas em que, hoje, diferentes horizontes podem e devem convergir. A primeira singularidade visível do Bloco de Esquerda - ser apoiado e impulsionado por vários partidos e convocar, para esta iniciativa, o arco-íris das tradições políticas da esquerda - decorre da lógica de movimento que escolhemos.

Até ao momento, esta originalidade tem-se manifestado como uma vantagem e não como um factor de conflitualidade ou perda de coesão. Exactamente porque os partidos continuam a existir, suprindo no plano ideológico, necessidades sentidas pelos seus militantes, eles não têm imposto ao novo movimento os projectos de definição ideológica com que se possam identificar. Na maioria dos casos conhecidos, aproximações entre diferentes correntes de pensamento ou se fazem através do estabelecimento de coligações ou se materializam em fusões entre

organizações. Não é o nosso caso. Independentemente do que o futuro nos possa vir a recomendar, a experiência deste ano de actividade indica que o Bloco se pode continuar a desenvolver como movimento, desde que todos e todas nele actuem em base individual, com igualdade de direitos e deveres.

A coexistência entre distintos horizontes e tradições no Bloco de Esquerda não constituem um problema, antes fazem parte da nossa singularidade enquanto movimento.

5.2.2. A questão do Programa

No plano do programa político concreto, um partido tende a ser capaz de «ter posição» sobre todos os assuntos, os que conhece bem e os que conhece mal, porque a lógica é a de uma resposta abrangente, que esteja de acordo com a própria ideia de totalidade inerente ao seu projecto de sociedade. Pelo contrário, a lógica de movimento do Bloco de Esquerda tende a centrar-se sobre o que, em cada período histórico concreto, lhe parece essencial. Desta diferença, decorrem duas consequências: por um lado, em tudo o que não é essencial neste movimento, a diferença de opiniões é normal e não vemos que tal prejudique a imagem e a capacidade de intervenção do movimento na sociedade; por outro lado, à medida que o movimento consolida, crescem igualmente as solicitações de resposta e, por isso, é indispensável assumir a centralidade da construção programática no Bloco.

Vemos a construção programática do Bloco como um processo e não como uma síntese com data previamente marcada para se concluir. Vemos a construção programática do Bloco como parte integrante da dinâmica do movimento, e não separada da definição de prioridades políticas de intervenção. Vemos a construção programática do Bloco como uma acumulação articulada de capacidade propositiva que convoca a pluralidade de tradições e horizontes na esquerda para a sua elaboração.

RESOLUÇÃO 5:

A construção do Programa

A Convenção Nacional do Bloco de Esquerda recomenda à Mesa Nacional a constituição de uma Comissão de Programa a quem compete a preparação de Conferências Nacionais temáticas que pontuem os principais momentos da construção programática do Bloco. Competirá à Comissão de Programa propor à Mesa Nacional as prioridades e as modalidades desta construção política.

Devem, contudo, ser distinguidas dois tipos de Conferências Nacionais: as que envolvem trabalhos de construção programática articulada sobre grandes aspectos da vida nacional, que compete à Comissão de programa preparar; e Conferências que estimulam convergências para a acção política do Bloco em sectores de activismo cívico e social, que serão organizadas em função das dinâmicas e necessidades de intervenção no terreno, envolvendo os filiados mais interessados nos assuntos em causa.

5.3. Um movimento de prioridades

5.3.1. Campanhas nacionais

No plano da acção política, a tendência da forma partido é para abranger, a cada momento, o conjunto dos domínios da vida social procurando influenciar quer a decisão nas instituições representativas, quer os movimentos sociais que possam ser portadores de exigências conformes ao seu programa. Pelo contrário, a lógica de movimento do Bloco de Esquerda deve privilegiar a colocação de poucos e grandes temas na sociedade portuguesa, que a confrontem, e às instituições do Estado, com os seus próprios limites e concentrem forças para mudanças importantes na opinião e nos rumos do país. Isto significa que o Bloco de Esquerda assume a promoção de grandes campanhas públicas, pensadas e articuladas no tempo com recurso a uma gama variada de soluções e meios, entre os quais a frente de actividade parlamentar, como hipótese nuclear do seu desenvolvimento como movimento político.

Um movimento capaz de se centrar em grandes campanhas nacionais não prescinde de procurar respostas para o dia a dia e para os problemas locais. As duas vertentes não se opõem, mas têm pesos distintos. A nossa prioridade vai para a capacidade de ler a realidade concreta num momento concreto e daí tirar consequências sobre o que deve, no plano nacional, ser valorizado como elemento de conflito e transformação social. As campanhas centrais que o Bloco venha a lançar ou, com outros, a impulsionar, devem incidir sobre propostas fracturantes, que alterem profundamente a ordem anterior, mas tenham vocação maioritária, ou seja, possam ser apropriáveis pela maioria da população.

5.3.2. Reforma fiscal e Segurança Social

Durante o ano que passou, aproveitamos as conjunturas eleitorais para apresentar ao país propostas fortes. Entre estas, a questão fiscal e suas implicações sobre a sustentabilidade de uma Segurança social universal e de solidariedade entre gerações, entrou na ordem do dia. Hoje é pacífico que o fisco é uma das grandes fontes de injustiça com que temos de conviver todos os dias, e um dos principais elos fracos da política ao centro. O Bloco não pode deixar de insistir nesta questão e suas múltiplas articulações. A decisão de transformar a questão fiscal num grande assunto nacional corresponde, igualmente, à demonstração de que é possível uma esquerda que toma a iniciativa e não a larga até que se obtenham resultados.

5.3.3. A centralidade do Trabalho

Um segundo grupo de propostas do Bloco respeita a centralidade do Trabalho no nosso projecto. É indispensável travar uma batalha de opinião na sociedade portuguesa em tomo de quatro aspectos:

O primeiro é relativo à injusta distribuição dos rendimentos em Portugal, uma função dos baixos salários praticados. A prazo, está liquidado um país que faz dos baixos salários a sua principal vantagem comparativa na Europa. E, no curto prazo, o aumento do consumo está a sustentar-se num nível absurdo de endividamento bancário que as famílias, mais cedo do que tarde começarão a pagar bem mais alto.

O segundo aspecto respeita à precariedade do emprego. Portugal encontra-se na situação paradoxal de, ante as leis, ter um mercado de Trabalho que a OCDE considera como um dos «mais rígidos», quando a prática indica ser um dos mais selvagens: ele é quase inacessível a qualquer desempregado

com mais de 35 anos, e os jovens não conhecem outra forma de contratação que não a do recibo verde, o contrato a prazo com carta antecipada de demissão ou a pura e simples sub contratação sem quaisquer direitos. A esta lógica há que opor uma visão de futuro: a segurança no emprego é a via que permite combinar a valorização profissional com o desenvolvimento económico em contexto de revolução tecnológica. É preciso denunciar a irracionalidade de uma economia que despede as pessoas quando elas começam a aprender a rentabilizar os seus instrumentos de trabalho. Para combater esta situação, o Bloco apresentará na AR uma proposta que limita os contratos a termo ao prazo máximo de um ano.

O terceiro problema é o desemprego, que se encontra subavaliado, para efeitos estatísticos, no nosso país. Sustentamos a necessidade e a possibilidade de políticas de pleno emprego com direitos, recorrendo a políticas económicas de crescimento sustentado, investimento público na criação de novos empregos nas áreas sociais, ambientais e culturais e a redistribuição do trabalho por via da redução dos horários de trabalho para as 35 horas, sem perda de direitos. Não podemos aceitar como “normal” um país que aceita a inevitabilidade do desemprego. Porque ele constitui o factor mais poderoso de exclusão social, de perda de auto-estima das pessoas em idade activa e de crise nas relações humanas. Nenhuma política de integração social dirigida aos mais fracos entre os mais fracos terá resultados duráveis enquanto o país não decidir que o pleno emprego é uma escolha social de que não prescinde.

Finalmente, uma nova esquerda deve dar atenção estratégica às diferentes dimensões da qualificação do trabalho, da formação continua às condições de higiene e segurança e aos direitos de cidadania na empresa. Nem deveria ser necessário explicar que um ambiente saudável e digno nas empresas se traduz em ganhos substanciais de produtividade...

5.3.4. O combate por uma democracia radical

Um terceiro grupo de propostas do Bloco dizem respeito a um projecto de civilização que assuma plenamente a modernidade da esquerda, nomeadamente no domínio dos Direitos Civis e de um entendimento radical da democracia:

Queremos um Estado laico onde a igreja católica não tenha contornos de religião oficial e onde as confissões religiosas tenham toda a liberdade de acção, mas não sejam fiscalmente beneficiadas em relação a outros sectores da sociedade;

Queremos um Estado que garanta intransigentemente os direitos individuais, sejam eles os do direito da mulher ao seu próprio corpo, os da livre escolha da orientação sexual, sem quaisquer formas de penalização em face da lei, ou o das garantias dos arguidos em Tribunal.

Queremos um Estado democrático assente na separação de poderes, na proporcionalidade da representação e no alargamento da cidadania;

Queremos um Estado que assuma o seu papel fiscalizador, nas diversas instâncias, e não um Estado que se demite, criando uma desregulação de facto, e facilitando, assim, a sobreposição do poder económico em relação às normas legais e à justiça;

Queremos um Estado desburocratizado, com um código de conduta da administração pública face aos cidadãos, uma efectiva implantação do princípio do acesso aos documentos administrativos, a obrigatoriedade da disponibilização de informação e simplificação dos procedimentos administrativos (nomeadamente através da Internet).

Queremos um Estado que respeite intransigentemente os direitos dos cidadãos face à informática, nomeadamente a sua privacidade, e que fiscalize rigorosamente o cumprimento das disposições legais respeitantes ao tratamento de dados pessoais, incluindo os dispositivos de videovigilância; que proteja o código genético dos cidadãos, opondo-se à sua mercantilização e ao acesso indevido por terceiros.

E queremos um Estado que garanta aos estrangeiros residentes, nomeadamente às comunidades de imigrantes da África e da Ásia, plenos direitos de cidadania como tudo o que isto envolve: legalização de todos os que não têm papéis, reagrupamento familiar, educação para os filhos, respeito pelas identidades culturais, salário igual para trabalho igual e direitos políticos após cinco anos de residência.

5.3.5 O papel da cultura e da comunicação

Um quarto grupo de propostas respeita à produção, conservação e fruição de bens culturais. As esquerdas tradicionais colocam a questão cultural na dupla óptica de garantia de acesso das populações à oferta cultural e das condições materiais que os criadores devem possuir para gerarem melhores obras. Continuam a existir boas razões para estes argumentos, mas a consequência desta agenda tende ao conservadorismo no plano das políticas culturais.

A «questão cultural» não se resolve só, nem prin-

principalmente, como políticas culturais, mas com reforma do ensino, com novas funções e usos para os espaços escolares, com política de cidades e de comunidades, e com projectos locais e regionais que tomem a cultura, os patrimónios e as identidades como oportunidades de desenvolvimento.

As «políticas culturais» são as que competem às diferentes instâncias do Estado promover em todos os domínios onde o mercado decreta a morte das artes ou silencia a pluralidade das identidades. E são as que, paradoxalmente, impõem o investimento e a promoção pública como condição para o desenvolvimento dos mercados culturais onde estes se revelam insuficientes. O Bloco de Esquerda não opõe o Estado ao mercado, mas afirma o papel do primeiro e recusa ao segundo a sua instituição em critério de legitimação cultural.

Uma nova esquerda bate-se pelo aumento substancial dos orçamentos para a cultura, seja a nível central, seja no plano municipal, porque sabemos que eles continuam a ser residuais, reflectindo a cultura dominante dos titulares de cargos públicos. Dito isto, a nova esquerda avalia positivamente as políticas de conservação do património, do mesmo modo que alerta para o facto destas não poderem ser independentes de projectos de desenvolvimento local e regional bem mais vastos. Bate-se por políticas que detem o país de equipamentos culturais, tanto quanto insistirá no aproveitamento e recuperação dos existentes, recusando a obra pela obra e, principalmente, as obras que apenas encontram justificação na auto-glorificação do regime. Aposta na descentralização cultural, mas isso não nos levará a desvalorizar a contemporaneidade, o estímulo a nova linguagens e novos criadores e ao multiculturalismo. E insiste na necessidade de novas políticas de subsídios, reguladas por entidades independentes do Ministério da Cultura.

E uma nova esquerda tem dos serviços públicos de comunicação uma ideia dinâmica. Sabemos que o principal instrumento de formação cultura da sociedade contemporânea é o pequeno écran e que este não é neutro do ponto de vista dos valores éticos e estéticos que promove, nem das linguagens que determina. No caso da rádio e da televisão somos favoráveis à existência de estações e canais públicos sem publicidade. Entendemos que a prestação de serviço público deve ser extensiva aos canais privados generalistas nos domínios da informação e da produção nacional. E sustentamos limites à publicidade televisiva em nome da viabilização dos mercados radiofónico e de imprensa escrita.

A nossa hipótese de trabalho é a de que, se já dispomos de um património apreciável de propostas, nem por isso devemos deixar de concentrar as nossas forças num reduzido número de temas, procurando marcar a agenda política nacional e impor ao sistema político decisões que ele jamais admitiria, sem ser confrontado com movimentos de opinião muito expressivos na sociedade portuguesa.

RESOLUÇÃO 6: Campanha contra e evasão e a fraude fiscal

A Convenção Nacional do Bloco de Esquerda recomenda à sua Mesa Nacional que a grande campanha política do ano 2000 incida sobre a questão fiscal, em particular sobre as nossas propostas de combate à evasão e à fraude, que alimentam uma realidade onde são os que mais têm que menos pagam.

A centralidade da questão fiscal na política do movimento decorre, desde logo, de um compromisso eleitoral. Decorre, em segundo lugar, de ser um tema onde temos propostas consolidadas e se verificar uma convergência muito larga de opiniões na sociedade portuguesa em torno de aspectos nucleares dessas posições. E decorre, em terceiro lugar, de ser uma matéria que articula a questão da justiça com a da sustentabilidade de uma Segurança social universal e de solidariedade entre gerações, e com a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento económico para Portugal.

No contexto desta grande campanha nacional do Bloco, que deve recorrer a materiais específicos de divulgação, a encontros de sensibilização e a acções directas de protesto e denuncia social, a primeira Convenção Nacional do Bloco de Esquerda recomenda ao Grupo Parlamentar que o seu direito de agendamento nesta sessão legislativa incida,

se necessário, sobre esta matéria e que, no plano táctico, desdobremos em várias formas de intervenção parlamentar o conjunto da nossa política fiscal. No âmbito de uma campanha a desenrolar ao longo de vários meses, é importante alcançar vitórias parciais - elas dão mais força ao grau de exigência social que teremos de colocar ao país.

5.3.6. Campanha autárquica

O Bloco será submetido a uma prova muito complexa: as eleições autárquicas que ocorrerão no fim de 2001. É ainda muito cedo para discutir o modo como nos iremos envolver nessa disputa. Não sabemos qual o quadro legal em que elas irão decorrer - nomeadamente se listas de cidadãos se poderão apresentar às Câmaras e Assembleias municipais; muito menos são claras as arrumações de forças; e é ainda uma incógnita a dimensão qualitativa e quantitativa da rede que o próprio Bloco vai construindo pelo país.

Independentemente destas variáveis, o Bloco conta com técnicos, activistas locais e autarcas que têm um património muito valioso de reflexão e experiência que ainda não foi posto em comum. É imperioso que o movimento prepare estas eleições com larga antecedência não apenas para garantir a eleição de autarcas, mas para alargar o campo e a consistência das opiniões que exigem uma outra qualidade de vida nas cidades.

O Bloco sustenta o valor do planeamento democrático contra a anarquia promovida pela especulação imobiliária. Defende a preparação e decisão sobre os orçamentos municipais num contexto de processos de participação e envolvimento das populações. Avalia positivamente o recurso a consultas populares locais sobre escolhas polémicas. Entende que os municípios se devem envolver em domínios de que actualmente se encontram, no essencial, arredados, como sejam os das políticas de transportes e de intervenção social. Considera necessária uma nova geração de políticas fortes e integradas dirigidas às periferias, aos bairros mais degradados e aos sectores de mais forte exclusão social, que elevem qualitativamente padrões de exigência que hoje, no essencial, se limitam à distribuição de casas. Defende o valor estratégico dos espaços públicos para a apropriação das cidades pelos seus cidadãos e distancia-se de quantos os entendem na sua dimensão minimalista de passeios, árvores e praças.

Avançará com estratégias de combate à toxicodpendência, com propostas sólidas adaptadas a cada realidade urbana que, mesmo com legislação insuficiente, contribuam para melhorar e alterar a vida de quantos se confrontam com a ausência de respostas neste domínio. E aproveitará esta oportunidade para discutir as políticas culturais de forma sistemática e a sua centralidade no âmbito das prioridades dos municípios.

RESOLUÇÃO 7:

Território e qualidade de vida

A Convenção Nacional recomenda à Mesa Nacional a convocação de uma Conferência nacional sobre Política de Cidades e Qualidade de Vida Urbana, que dote o Bloco de Esquerda de um programa de intervenção que dê suporte à nossa presença nas eleições autárquicas de 2001.

Esta Conferência deverá realizar-se no primeiro trimestre de 2001, numa cidade média do país, e compete-lhe igualmente proceder a uma primeira discussão sobre as formas que assumirá a nossa presença nas eleições.

5.3.6. Campanha pela despenalização do aborto

O Bloco dedicará grande atenção à questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. O objectivo só pode ser um: construir os meios de acção e de convergência que levem a vitória. Para a luta das mulheres, está fora de questão que a batalha se venha a saldar em nova derrota. O Bloco de Esquerda irá entregar na Assembleia o seu próprio projecto, na sequência dos que o PCP e JS já apresentaram. Mas não o agendará para decisão parlamentar sem que estejam criadas condições políticas para poder passar. Pensamos que os nossos aliados nesta batalha deverão fazer o mesmo. Esta matéria não pode ser uma bandeira partidária, mas uma questão nacional para resolver definitivamente.

De momento, a direita está a chantagear o PS com base no resultado do referendo de 1998. Segundo ela, o povo pronunciou-se e o que a esquerda quer é alterar, na secretaria (na AR) a vontade popular expressa nas urnas. É indispensável desmistificar o argumento: nessa consulta, 70 por cento da popu-

lação absteve-se. Face à lei do referendo, ela não valeu, e face aos números, a maioria entendeu não dever ser ela, mas o parlamento a pronunciar-se. Dito isto, o movimento pela despenalização deve ter a noção de que o PS se encontra mais dividido do que nunca nesta matéria e que António Guterres foi claro na sua cedência às pressões do PSD e do PP.

RESOLUÇÃO 8:

Despenalização do aborto

A Convenção Nacional do Bloco de Esquerda considera indispensável que o retorno da despenalização da interrupção voluntária da gravidez à agenda política seja o fruto de sinais enviados da sociedade.

O Bloco de Esquerda apoiará o desenvolvimento de um movimento de cidadania suficientemente poderoso para relativizar o argumento da consulta popular e libertar a prisão de consciência dos socialistas face ao primeiro-ministro.

A Convenção Nacional considera que, nesse movimento de cidadania, a luta pelo integral cumprimento da limitada legislação existente relativa aos direitos à sexualidade, ao planeamento familiar e à contraceção, se integra num processo que tem como objectivo principal a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

A Convenção mandata a Mesa Nacional para estabelecer as convergências que forem necessárias ao impulso desse movimento, mas alerta contra quaisquer ilusões sobre uma decisão em sede parlamentar. Quanto mais cedo o movimento tiver este dado por adquirido, mais rapidamente ele estará em condições de se bater e vencer em novo referendo nacional.

5.4. Uma frente parlamentar aberta à sociedade

5.4.1. Um arranque muito promissor

É na frente parlamentar que o Bloco pode dar expressão ao conjunto dos seus compromissos eleitorais e é, em grande medida aí que a nossa imagem na sociedade portuguesa se vai construir. O parlamento não é meramente uma tribuna para intervenções e muito menos se restringe ao nosso direito de agendamento potestativo de um projecto de lei por ano. O parlamento é, para o movimento, o meio mais eficaz de contacto com os diferentes sectores da sociedade que têm reivindicações a fazer ao Estado e que esperam de nós resposta adequada. E o parlamento é um espaço privilegiado para potenciar e articular as causas que defendemos na sociedade. Um grupo parlamentar activo, como tem sido o nosso, é nuclear para a consolidação de uma nova esquerda em Portugal.

Em pouco mais de 60 dias, o Bloco conseguiu ganhos de causa muito importantes: com a moção de rejeição ao Programa de governo tomou clara a nossa posição estratégica sobre ele e, na esquerda, fizemos a diferença; com moções como a que introduzimos em defesa do jornalista angolano Rafael Marques pusemos a nu a política centrada em interesses de Estado; com a preparação de projectos de lei sobre violência doméstica, de moratória à cultura e comercialização de transgénicos, regulamentação das medicinas não convencionais, ou sobre as uniões de facto, começámos a dar cumprimento aos compromissos eleitorais com incidência particular em territórios dos Direitos Civis; e com a recomendação ao governo sobre a taxa Tobin, a interpelação sobre fraude e evasão fiscal e projectos de lei sobre o sigilo bancário e o offshore da Madeira, confrontámos as bancadas parlamentares com as suas responsabilidades ante o país e as suas bases eleitorais.

O grupo parlamentar decidiu ainda não inviabilizar o Orçamento rectificativo. Com esta atitude evitou-se uma «gritaria» ao centro, gerando artificialmente uma crise que teria como pano de fundo o combate da direita à ideia de um Serviço Nacional de Saúde. Por outro lado, a abstenção não constituiu qualquer absolvição do Orçamento de Estado em vigor, contra o qual teríamos votado, mas de garantir que o pagamento de despesas já contraídas pelo Serviço Nacional de Saúde, protegendo-o, mesmo que limitadamente, das pressões que sobre ele se jogam. O grupo parlamentar aproveitou o momento para

introduzir algum rigor nas contas públicas, colocar um projecto sobre farmácias públicas nos hospitais e convocar o governo para a primeira interpelação parlamentar desta sessão legislativa. Em pouco mais de 60 dias, o Grupo parlamentar demonstrou ao que veio. Pode-se, aqui ou ali, considerar que não foi tomada a posição mais acertada. Isso acontecerá seguramente mais vezes. Mas é indiscutível que o saldo é muito positivo.

5.4.2. Compromissos e autonomia do Grupo parlamentar

No plano da acção parlamentar, os partidos são os titulares dos cargos ocupados pelos deputados e, em consequência, sentem-se no direito de impor uma estrita disciplina de voto.

Apenas em domínios secundários, ou de consciência, isso pode não acontecer. No caso do Bloco de Esquerda, a relação entre o grupo parlamentar e os órgãos nacionais do movimento apresenta alguma especificidade. Por um lado, o Bloco não tem ainda um programa geral e sobre vários domínios carece, simplesmente, de posições colectivas - esta situação determina que o grupo parlamentar disponha de uma muito razoável autonomia de decisão. Por outro lado, o grau de exposição dos nossos dois deputados é enorme e as posições que assumem identificam-se, na opinião pública, com as do Bloco no seu conjunto - o que aumenta significativamente a responsabilidade dos deputados face ao próprio movimento.

RESOLUÇÃO 9: Disciplina e autonomia

A Convenção nacional do Bloco de Esquerda considera que os deputados respondem no parlamento pela estratégia do Bloco - somos candidatos à renovação da oposição e não ao governo do país. Igualmente devem disciplina às orientações gerais do movimento aprovadas em Convenção Nacional, e obediência aos compromissos eleitorais assumidos. O seu papel principal é o de, ao longo da legislatura, confrontarem o parlamento com as posições expressas durante a campanha eleitoral. Em todos estes domínios funciona a disciplina de voto.

Para lá destas obrigações, os nossos deputados têm de se pronunciar sobre inúmeros assuntos em que o Bloco não tem ainda posição ou, pura e simplesmente, nem tem que ter. E mesmo nos casos em que tem mandato para apresentação de projectos de lei, haverá toda a vantagem em que alguns deles, os que coloquem questões nacionais mais importantes, sejam objecto de apreciações prévias de natureza pública (os «Parlamentos Abertos») e possam sofrer ajustamentos. Nos domínios referidos neste parágrafo, o grupo parlamentar dispõe de autonomia de decisão, sem prejuízo da sua actividade ser acompanhada pela Comissão Permanente da Mesa Nacional do Bloco.

A Convenção Nacional reconhece aos deputados o direito de objecção de consciência, o qual será exercido a pedido e apenas em situações excepcionais.

Finalmente, a Convenção nacional remete para a Mesa Nacional do movimento a avaliação do trabalho desenvolvido na frente parlamentar, competindo-lhe renovar ou retirar a confiança nos representantes públicos do movimento.

5.5. Um movimento de cidadãos

5.5.1. Movimento de activistas

Finalmente, as diferenças entre os partidos tradicionais e a lógica de movimento do Bloco de Esquerda, são assinaláveis no que respeita à organização e concepção do activismo. Sendo úteis as diferenças clássicas entre partidos de militantes e de eleitores, a verdade é que em Portugal, por razões várias, a realidade dos partidos políticos com expressão parlamentar é híbrida. PS e PSD pertenceriam à tradição dos partidos de eleitores, mas a verdade é que a sua prolongada passagem pelas diferentes instâncias do poder e o grau de conflitualidade social no país, fizeram deles partidos com um grau assinalável de militância e, principalmente, de militância profissionalizada por via do aparelho de Estado e dos sindicatos. O PCP transformou-se, com o 25 de Abril num partido de massas onde a militância teve um papel

decisivo. Mas, seja por opção própria, seja por efeito do recuo a que foi forçado por uma relação de forças prolongadamente desfavorável, o PCP depende hoje de um extenso aparelho interno de funcionários e da profissionalização por via autárquica ou sindical. A realidade dos partidos políticos do sistema é a de corpos no essencial profissionalizados, onde o lugar que sobra para a decisão dos militantes de base é muito pequeno.

Pelo contrário, na lógica de movimento do Bloco de Esquerda, teremos que privilegiar o papel do activismo político e social não profissionalizado. No Bloco cada um terá de encontrar o seu próprio espaço, e diferentes disponibilidades não podem ser penalizadoras do direito de participação. Feita esta escolha, o Bloco terá activistas profissionalizados na equipa central, mas eles deverão estar em minoria nos Órgãos de decisão.

5.5.2. Jovens, mulheres e sindicalistas

Por outro lado, há que encontrar no Bloco uma solução acertada para as relações entre a esfera da política e os domínios do associativismo. O mecanismo partidário tradicional é o da criação de organizações próprias mais ou menos verticalizadas e com poder de decisão autónoma no que respeita a sindicatos, juventude e, nalguns casos, mulheres. Este tipo de solução garante, uma vez definida a orientação do partido para os movimentos sociais em causa, que todos os militantes neles actuem em conformidade. Não raro, esta solução tem contribuído para alimentar práticas que transformam as organizações sociais em «correias de transmissão» do partido.

Como se coloca a questão para o Bloco? Por um lado, nós assumimos com franqueza a nossa vontade de impulsionar e participar em movimentos sociais e vale a pena explicar as razões.

Sabemos que um dos problemas nacionais é a fragilidade genérica desses movimentos - são poucos, não cobrem todas as áreas de direitos onde a cidadania se deveria desenvolver, muitos encontram-se em situações de dependência do próprio aparelho de Estado e o mais importante de todos, o movimento sindical, remeteu-se a posições defensivas há largos anos sem nunca ter resolvido satisfatoriamente a questão da democracia e da participação nas decisões.

O paradoxo não poderia ser maior: em Portugal é elevado o défice de cidadania activa; e a que existe é largamente credora do envolvimento dos militantes políticos. O Bloco deseja, por isso, que os seus

aderentes sejam activistas cívicos e sociais. Mas, por outro lado, também sabemos que um dos factores que limita a força e capacidade de atracção dos movimentos associativos, é que, em geral, o seu grau de autonomia face ao Estado ou aos partidos é reduzido. No caso do Bloco deve acrescentar-se um problema adicional: nele convergem diferentes correntes de opinião e práticas sociais que estão longe de terem convergido suficientemente para gerarem uma cultura e objectivos comuns de intervenção. Em síntese, não estamos, de momento, em condições de estabelecer uma alternativa de caminho ao virar da esquina e, por isso, procuraremos políticas organizativas de pequenos passos e a avaliação cuidada entre diferentes experiências.

5.5.3 Emigração

No quadro da solidariedade internacional, a actividade do Bloco na emigração será vocacionada para a articulação entre as lutas em Portugal e a situação concreta do país onde vivem e trabalham os emigrantes, afirmando a necessidade de separar competências entre as atribuições do governo português e exigíveis ao país de acolhimento. No estrangeiro como em Portugal, defendemos prioritariamente o reconhecimento de uma cidadania plena para todos os emigrantes independentemente da sua nacionalidade (incluindo direito de voto em todas as eleições) e a urgência da responsabilização dos estados português e dos países de residência na divulgação e apoio à língua e à cultura.

RESOLUÇÃO 10:

Intervenção e autonomia dos movimentos sociais

A Convenção Nacional do Bloco de Esquerda apela ao envolvimento todos os aderentes do Bloco de Esquerda nos movimentos que expressam a necessidade de uma cidadania alargada.

A Convenção Nacional sustenta a necessidade das estruturas de direcção e coordenação eleitas, a nível nacional e regional, terem composição equilibrada não apenas entre sensibilidades, como entre sexos, origens profissionais e diferentes gerações,

com destaque para a juventude.

A Convenção Nacional, estimulando a participação dos seus activistas nos movimentos cívicos e sociais, é favorável a que eles, no Bloco, encontrem os espaços de discussão que permitam a convergência de opiniões e o estabelecimento de plataformas comuns de intervenção. Estes espaços podem assumir formas variadas, devem ser abertos a não aderentes e podem consolidar-se em Conferências sectoriais a ratificar pela Mesa Nacional. Ao mesmo tempo, a Convenção Nacional sustenta que tais convergências não podem obrigar o conjunto dos aderentes, e que estes continuarão, nos movimentos sociais, a gozar de inteira liberdade de decisão e voto, sem que daí resultem processos de marginalização no interior do Bloco.

Especificamente sobre a juventude no Bloco, a Convenção Nacional reconhece a existência de um problema de linguagens entre diferentes gerações. Temos uma base de apoio onde as gerações mais novas são decisivas e um movimento onde a cultura política se encontra hegemonizada por tradições militantes com pelo menos 20 anos de experiência. Nós queremos um Bloco permeável à juventude e não uma «jota» que abandone o Bloco aos «cotas». Por isso, a Convenção Nacional não é favorável à construção de uma juventude do Bloco nos próximos dois anos. Entretanto, uma política geral do Bloco muito influenciada pelas gerações mais novas, não anula a existência de uma dimensão especificamente geracional de problemas e anseios, onde os mais velhos raramente têm coisas interessantes para dizer. Isto significa que a Convenção Nacional se pronuncia favoravelmente à realização de uma Conferência de Juventude, em moldes a estudar com os activistas mais jovens do Bloco.

O mesmo vale para a abordagem da questão feminina no Bloco.

Assumimos a existência de conflitualidade entre sexos radicada em discriminações praticadas contra as mulheres por um sistema milenar de exploração e poder marcadamente masculino. Reconhecemos diferenças de perspectiva, de linguagem e de modos de fazer na actividade política que têm origem sexual. E consideramos que o próprio Bloco tem sido, até ao momento, marcado por uma perspectiva masculina, com reflexos, até, nos seus principais protagonistas. Feitas as considerações, não queremos um Bloco entregue a homens, mas um movimento que valorize a dimensão feminina na política. Esta deve expressar-se nos órgãos do Bloco e em encontros e Conferências sobre as problemáticas femininas, abertos aos dois sexos.

Muitos dos activistas sociais do Bloco desenvolvem trabalho na área do combate ao racismo, à xenofobia e na defesa dos direitos dos imigrantes. O Bloco assume como seu compromisso que é o compromisso por uma Europa sem cidadãos de segunda e por um país aberto à participação plena de todos os que nele vivem e trabalham. Mas em Portugal o movimento anti-racista dá ainda os seus primeiros passos, procura formas de auto-organização e protagonistas entre os trabalhadores-imigrantes e nas comunidades ciganas, caminhos para a consolidação de um movimento social capaz de contrariar tanto as múltiplas formas de racismo e xenofobia difundidas na sociedade como as que se encontram instituídas na legislação e nas práticas do Estado. Caberá ao Bloco acompanhar e integrar este movimento, favorecendo sempre todas as suas formas de expressão autónoma e os pontos de encontro das múltiplas associações e dos activistas destas causas.

finalmente, no plano sindical, existem várias tradições e percursos que vêm com simpatia o Bloco de Esquerda. O trabalho de convergência deve respeitar os ritmos dessas di-

ferências, não precipitando a formação de uma nova tendência sindical. Contudo, há toda a vantagem na promoção de encontros, trocas de experiências e seminários sobre o mundo do Trabalho na sociedade contemporânea, que sejam úteis não apenas ao Bloco, como à renovação das ideias e práticas do sindicalismo português.